

APRESENTAÇÃO

BRASIL: PAÍS MULTILÍNGÜE

Eduardo Guimarães

O Brasil é um país multilíngüe. Esta característica lingüística é significada politicamente pela tensão histórica entre um imaginário de unidade, comum a um grande número de países contemporâneos, e uma divisão das línguas e de seus falantes. Esse imaginário de unidade é parte da construção das identidades nacionais modernas.

O objetivo deste número de *Ciência e Cultura* é apresentar e interpretar o multilingüismo brasileiro com a finalidade de caracterizar sua especificidade, enquanto um fato próprio do funcionamento de relações de línguas. Trata-se, então, de pensar a política das línguas no espaço brasileiro.

As línguas são afetadas, no seu funcionamento, por condições históricas específicas. Para mim, as línguas funcionam segundo o modo de distribuição para seus falantes. Elas são objetos históricos e estão sempre relacionadas inseparavelmente daqueles que as falam. É por isso que as línguas são elementos fortes no processo de identificação social dos grupos humanos. Isto caracteriza o que é, para mim, o espaço de enunciação.

Para falar dessa distribuição das línguas para seus falantes, podem ser consideradas algumas categorias normalmente usadas de modo, às vezes, tácito e não definido. Vou apresentar quatro dessas categorias, dando delas uma definição mesmo que provisória. *Língua materna*: é a língua cujos falantes a praticam pelo fato de a sociedade em que se nasce a praticar; nesta medida ela é, em geral, a língua que se representa como primeira para seus falantes. *Língua franca*: é aquela que é praticada por grupos de falantes de línguas maternas diferentes, e que são falantes dessa língua para o intercuro comum. *Língua nacional*: é a língua de um povo, enquanto língua que o caracteriza, que dá a seus falantes uma relação de pertencer a esse povo. *Língua oficial*: é a língua de um Estado, aquela que é obrigatória nas ações formais do Estado, nos seus atos legais. Pode-se ver que as duas primeiras categorias tratam das relações coridianas entre falantes e as duas seguintes de suas relações imaginárias (ideológicas) e institucionais.

Do ponto de vista dessas definições, a língua materna de um grupo de falantes não é necessariamente igual à língua nacional, ou oficial desse mesmo grupo. Sequer a língua nacional é necessariamente igual à língua oficial.

Feita essa caracterização, pode-se considerar que o espaço de enunciação é o modo de distribuir, segundo as definições acima, as línguas em relação. E esse modo de distribuição é elemento decisivo do funcionamento de todas as línguas relacionadas. Esta distribuição das línguas para seus falantes é sempre desigual. O espaço de enunciação é, assim, político.

Como dissemos, o fato de as línguas se dividirem no espaço de enunciação em que funcionam faz parte do modo como se modificam e se tornam outras. Na história dos estudos desses resultados das relações de línguas, a lingüística passou a considerar dois casos de modo específico, os pidgins e os crioulos. Os pidgins são línguas resultantes de uma relação de línguas diferentes e que funcionam entre falantes de línguas maternas diferentes para as finalidades específicas dos contatos entre eles. Os crioulos são também línguas resultantes de uma relação de línguas diferentes e que se estabilizam como língua materna de um grupo específico de falantes. Deste modo o crioulo passa a ter um funcionamento generalizado que pode chegar a ser como o das línguas que o produziram.

O espaço de enunciação do Brasil tem suas particularidades. Nele funcionam o português, língua oficial e nacional e língua materna da grande maioria dos brasileiros, línguas indígenas, línguas de imigração, línguas de fronteira, e, mesmo que precariamente, línguas africanas. Mas essas línguas, ao funcionarem nesse espaço específico, se modificam em virtude das relações particulares que têm, em virtude da relação de seus falantes uns com os outros. Entre essas histórias de relações, podemos destacar a do português com as línguas indígenas, a do português com as línguas africanas, a do português com as línguas de imigração, e a do português com as línguas de países vizinhos (1).

O conjunto de textos que constituem este Núcleo Temático mostra como o português, dado como língua materna do Brasil, não é necessariamente língua materna de todos os brasileiros, embora seja sempre, para todos, a língua nacional e oficial do Brasil, mesmo para os que não a falam. Por outro lado, ela está em relação com um grande número de línguas de modos bastante diferentes. A característica fundamental desse conjunto de relações é que o português, enquanto língua oficial e nacional, e enquanto o imaginário de unidade, sobrepõe seu caráter de língua oficial e nacional ao de língua materna, e é distribuído para seus falantes como politicamente

LÍNGUAS DO BRASIL/ARTIGOS

dominante. Isto faz com que a distribuição das outras línguas para seus falantes seja significada por um caráter de “inferioridade”.

No primeiro texto, “A língua portuguesa no Brasil”, procuro apresentar uma história específica do português no Brasil, que se constitui primeiro como língua oficial, depois como língua nacional e, assim, como língua materna da maioria dos brasileiros. Detenho-me também, em algumas características do português brasileiro tomadas de um ponto de vista de uma diferença, em bloco, com o português europeu (de Portugal) (2).

Em seguida, Eni Orlandi, em “A língua brasileira”, reflete, de um ponto de vista discursivo, sobre a questão do imaginário da língua nacional que se apresenta em torno do nome da língua: brasileira ou portuguesa. Está no centro dessa questão a constituição de uma língua nacional para o Brasil.

No terceiro texto, “Variedades do português no mundo e no Brasil”, Emílio Pagotto mostra a história de relações e mudanças do português no mundo e no Brasil, apontando para o fato de que o próprio português no Brasil não é uno, homogêneo, estando exposto às mudanças próprias dos processos lingüísticos.

Em “Sobre as línguas indígenas e sua pesquisa no Brasil”, Aryon Rodrigues nos dá uma visão geral da história do conjunto das línguas indígenas brasileiras. Primeiro aborda o quadro das línguas no início da colonização portuguesa e, em seguida, na atualidade. Completa seu texto uma apresentação da área de pesquisa sobre línguas indígenas no país.

Carlos Vogt e Peter Fry, em “As formas de expressão na ‘língua’ africana do Cafundó”, apresentam as características de uma língua resultante da relação de línguas africanas com o português, a língua do Cafundó. Como os próprios autores referem, as línguas africanas não permaneceram no uso corrente, no Brasil, ficando somente presente em funcionamentos rituais. Essa língua do Cafundó, no entanto, tem um funcionamento não ritual, mesmo que restrito.

A história da relação das línguas indígenas e africanas com o português está ligada a um processo caracterizado pela proeminência política, de poder, da língua portuguesa relativamente a esse conjunto de línguas. Como dissemos acima, o português é a língua do Estado, estabelecida como língua oficial, já no período de colonização. A partir do século XIX esta língua passa a ser também a língua nacional e, mais que isso, é significada como língua materna de todos os brasileiros, mesmo que não o seja de fato. Quanto às línguas africanas, há algo a mais, ligado a seu modo de presença no Brasil, eram línguas cujos falantes eram escravos e, assim, excluídos do direito de falar em público.

Passamos em seguida a uma outra dimensão do multilingüismo brasileiro: as línguas de imigração. Este é o objeto de “Línguas de imigrantes” de Carmen Zink e Maria Onice Payer. Essas línguas têm com o português uma outra relação, são línguas nacionais nos países de origem dos imigrantes e seus falantes vêm para o Brasil para atividades absolutamente integradas ao sistema produtivo brasileiro. Disto resulta variadas formas de convivência dessas línguas com o português.

O último texto, “Línguas de fronteira: o desconhecido território das práticas lingüísticas nas fronteiras brasileiras” de Eliana Sturza, traz uma outra realidade: a das relações internacionais entre países de línguas diferentes. Nesse texto são tratadas as questões dessas línguas de fronteira resultantes de um embate lingüístico muito particular, ligado à própria história da constituição do Brasil. E, assim, vamos ver que o português é também falado em outros países da América Latina.

O conjunto dos textos aqui reunidos faz-se de pontos de vista teóricos não-homogêneos, o que traz para a reflexão, além de um conjunto de conhecimentos estabelecidos sobre a questão, um debate interessante sobre a própria natureza desse fato aqui abordado, a questão do funcionamento das línguas em espaços multilingües. Por outro lado, chegamos a uma possibilidade de acompanhar como a tensão entre a unidade e a diversidade lingüística tem muitos aspectos a serem considerados, sendo um domínio extremamente rico para pensar a linguagem e o Brasil. E mostra também o quanto a discussão sobre esses aspectos lingüísticos é muitas vezes reduzido, por um olhar normativo pobre sobre o funcionamento histórico das línguas, a um mínimo desprovido de maiores interesses.

A complexidade das condições de funcionamento histórico das línguas no espaço de enunciação brasileiro pode ser seguido, de um lado, pelo fato de que se transporta uma língua de um espaço a outro, e assim sua situação enunciativa é outra, sua relação com a realidade é outra (tal como nos mostra Orlandi), ao mesmo tempo ela entra em contato com outras línguas e seus falantes (é o que nos traz de modos diferentes Rodrigues, Vogt e Fry, de um lado, e Zink, Payer e Sturza, de outro), e tudo isso tem a ver com as mudanças que ela sofre e com as divisões que acabam por afetá-la (tal como mostram Pagotto e Guimarães).

Se os textos aqui trazidos dão conta de um importante conhecimento sobre a história do funcionamento das línguas no Brasil, mostram, também, como há coisas importantes a fazer nesse domínio, como refletir sobre questões teóricas que podem nos levar, pela própria especificidade das perguntas a responder no espaço brasileiro, a novos modelos de compreensão e explicação desse fato fundamental da história das línguas: elas estão sempre em relação e sempre se tornam outras. Nós, enquanto falantes, é que não vemos isto, pois estamos tomados no interior do próprio processo.

Eduardo Guimarães é professor titular de semântica do Departamento de Linguística e pesquisador do Laboratório de Estudos Urbanos da Unicamp; é membro da diretoria da Anpoll e pesquisador 1B do CNPq.

NOTAS

1. Esta questão tem sido objeto de atenção da *Enciclopédia das Línguas do Brasil* - www.labeurb.unicamp.br/elb.
2. Há que se notar que o português é falado também na Espanha, ou ainda em outros países europeus, a partir de imigração portuguesa.

**ISTO FAZ COM
QUE A
DISTRIBUIÇÃO
DAS OUTRAS
LÍNGUAS
PARA SEUS
FALANTES SEJA
SIGNIFICADA...**

A LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL

Eduardo Guimarães

A língua portuguesa formou-se como língua específica, na Europa, pela diferenciação que o latim sofreu na Península Ibérica durante o processo de contatos entre povos e línguas que se deram a partir da chegada dos romanos no século II a.C., por ocasião da segunda Guerra Púnica, no ano de 218 a.C.(1). Na Península Ibérica o latim entrou em contato com línguas já ali existentes. Depois houve o contato do latim já transformado com as línguas germânicas, no período de presença desses povos na península (de 409 a 711 d.C.). Em seguida, com a invasão muçumana (árabes e berberes), esse latim modificado e já em processo de divisão entra em contato com o árabe. Na primeira fase do processo de reconquista da Península Ibérica pelos cristãos, que tinham resistido no norte, os romances (latim modificado por anos de contato com outros povos e línguas) tomaram uma feição específica no oeste da península, formando o galego-português e em seguida o português. Formou-se paralelamente o Condado Português e, a partir dele, um novo país, Portugal. Toma-se como data de independência do condado do reino de Castela e Leão a batalha de São Mamede em 1128.

Essa nova língua, depois de um longo período de mudanças correspondente a todo o final da chamada Idade Média, é transportada para o Brasil, assim como para outros continentes, no momento das grandes navegações do final do século XV e do século XVI.

PORTUGUÊS: LÍNGUA OFICIAL E NACIONAL DO BRASIL Com o início efetivo da colonização portuguesa em 1532, a língua portuguesa começa a ser transportada para o Brasil. Aqui ela entra em relação, num novo espaço-tempo, com povos que falavam outras línguas, as línguas indígenas, e acaba por tornar-se, nessa nova geografia, a língua oficial e nacional do Brasil. Podemos estabelecer para esta história quatro períodos distintos, se consideramos como elemento definidor o modo de relação da língua portuguesa com as demais línguas praticadas no Brasil (2) deste 1532 (3).

O primeiro momento começa com o início da colonização e vai até a saída dos holandeses do Brasil, em 1654. Nesse período o português convive, no território que é hoje o Brasil, com as línguas indígenas, com as línguas gerais e com o holandês, esta última a língua de um país europeu e também colonizador. As línguas gerais eram línguas tupi faladas pela maioria da população. Eram as línguas do contato entre índios de diferentes tribos, entre índios e portugueses e seus descendentes, assim como entre portugueses e seus descendentes. A língua geral era assim uma *língua franca*. O português, como *língua oficial* do Estado português, era a língua empregada em documentos oficiais e praticada por aqueles que estavam ligados à administração da colônia.

O segundo período começa com a saída dos holandeses do Brasil vai até a chegada da família real portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808. A saída dos holandeses muda o quadro de relações entre línguas no Brasil na medida em que o português não tem mais a concorrência de uma outra língua de Estado (o holandês). A relação passa a ser, fundamentalmente, entre o português, as línguas indígenas, especialmente as línguas gerais, e as línguas africanas dos escravos. Esse período caracteriza-se por ser aquele em que Portugal dando andamento mais específico ao processo de colonização, toma também medidas diretas e indiretas que levam ao declínio das línguas gerais. A população do Brasil, que era predominantemente de índios, passa a receber um número crescente de portugueses assim como de negros que vinham para o Brasil como escravos. Para se ter uma idéia, no século XVI foram trazidos para o Brasil 100 mil negros. Este número salta para 600 mil no século XVII e 1,3 milhão no século XVIII. O espaço de línguas do Brasil passa a incluir também a relação das línguas africanas dos escravos e o português. Com o maior número de portugueses cresce também o número de falantes específicos do português. E isto tem uma outra característica: os portugueses que vêm para o Brasil não vêm da mesma região de Portugal. Desse modo, passam a conviver no Brasil, num mesmo espaço e tempo, divisões do português que, em Portugal, conviviam como dialetos de regiões diferentes.

Nesse período, ainda, há dois fatos de extrema importância. O primeiro deles é a ação direta do império português que age para impedir o uso da língua geral nas escolas. Esta ação é uma atitude direta de política de línguas de Portugal para tornar o português a língua mais falada do Brasil. Uma dessas ações mais conhecidas é o estabelecimento do Diretório dos Índios (1757), por iniciativa do Marquês de Pombal, ministro de Dom José I, que proibia o uso da língua geral na colônia. Assim, os índios não poderiam mais usar nenhuma outra língua que não a portuguesa. Essa ação, junto com o aumento da população portuguesa no Brasil, terá um efeito específico que ajuda a levar ao declínio definitivo da língua geral no país (4).

O português que já era a língua oficial do Estado passa a ser a língua mais falada no Brasil.

O terceiro momento do português no Brasil começa com a vinda da família real em 1808, como consequência da guerra com a França, e termina com a independência. Poderíamos utilizar, como data final desse período, 1826, pois é nesse ano que se formula a questão da língua nacional do Brasil no parlamento brasileiro.

A vinda da família real terá dois efeitos importantes. O primeiro deles é um aumento, em curto espaço de tempo, da população portuguesa no Brasil. Chegaram ao Rio de Janeiro em torno de 15 mil portugueses. O segundo é a transformação do Rio de Janeiro em capital do Império que traz novos aspectos para as relações sociais em território brasileiro, e isto inclui também a questão da língua. Logo de início Dom João VI criou a imprensa no Brasil e fundou a Biblioteca Nacional, mudando o quadro da vida cultural brasileira, e dando à língua portuguesa aqui um instrumento direto de circulação, a imprensa. Esses fatos produzem um certo efeito de unidade do português para o Brasil, enquanto língua do rei e da corte.

O quarto período começa em 1826. Nesse ano o deputado José Clemente propôs que os diplomas dos médicos no Brasil fossem redigidos em "linguagem brasileira". Em 1827 houve um grande número de discussões sobre o fato de que os professores deveriam ensinar a ler e a escrever utilizando a gramática da língua nacional. Ou seja, a questão da língua portuguesa no Brasil, que já era língua oficial do Estado, se põe agora como uma forma de transformá-la de língua do colonizador em língua da nação brasileira. Temos aí constituída a sobreposição da *língua oficial* e da *língua nacional*.

Essas questões tomam espaços importantes tanto na literatura quanto na constituição de um conhecimento brasileiro sobre o português no Brasil. É dessa época a literatura de José de Alencar (5) que tem debates importantes com escritores portugueses que não aceitavam o modo como ele escrevia. É também dessa época o processo pelo qual os brasileiros tiveram legitimadas suas gramáticas para o ensino de português e seus dicionários (6). Dessa maneira cria-se historicamente no Brasil o sentido de apropriação do português enquanto uma língua que tem as marcas de sua relação com as condições brasileiras. Pela história de suas relações com outro espaço de línguas, o português, ao funcionar em novas condições e nelas se relacionar com línguas indígenas, língua geral, línguas africanas, se modificou de modo específico e os gramáticos e lexicógrafos brasileiros do final do século XIX, junto com nossos escritores, trabalham o "sentimento" do português como língua nacional do Brasil (7).

Esse quarto período, no qual o português já se definira como língua oficial e nacional do Brasil, trará uma outra novidade, o início das relações entre o português e as línguas de imigrantes. Começa em 1818/1820 o processo de imigração para o Brasil, com a vinda de alemães para Ilhéus (1818) e Nova Friburgo (1820). Esse processo de imigração terá um momento muito particular na passagem do século XIX para o XX (1880-1930). A partir desse momento entraram no Brasil, por exemplo, falantes de alemão, italiano, japonês, coreano, holandês, inglês. Deste modo o espaço de enunciação do Brasil passa a ter, em torno da língua oficial e nacional, duas relações significativamente distintas: de um lado as línguas indígenas (e num certo sentido as línguas africanas dos descendentes de escravos) e de outro as línguas de imigração.

Essa diferença não é simplesmente uma diferença empírica do tipo: as línguas indígenas e seus falantes já existiam no Brasil quando da chegada dos portugueses e as línguas de imigração vieram depois. A diferença é de modo de relação. As línguas indígenas e africanas entram na relação como línguas de povos considerados primitivos a serem ou civilizados (no caso dos índios) ou escravizados (no caso dos negros). Ou seja, não há lugar para essas línguas e seus falantes. No caso da imigração, as línguas e seus falantes entram no Brasil por uma ação de governo que procurava cooperação para desenvolver o país. E as línguas que vêm com os imigrantes eram, de algum modo, línguas nacionais ou oficiais nos países de origem dos imigrantes. Essas línguas são línguas legitimadas no conjunto global das relações

de línguas, diferentemente das línguas indígenas e africanas. As línguas dos imigrantes eram línguas de povos considerados civilizados, em oposição às línguas indígenas e africanas.

Enquanto língua oficial e língua nacional do Brasil, o português é uma língua de uso em todo o território brasileiro, sendo também a língua dos atos oficiais, da lei, a língua da escola e que convive, na extensão do território brasileiro, com um grande conjunto de outras línguas (de um lado as línguas indígenas e de outro as línguas de imigrantes). Por outro lado, enquanto língua nacional, o português é significado como a língua materna de todos os brasileiros, mesmo que um bom número de brasileiros tenham como língua materna outras línguas, ou indígenas ou de imigrantes.

CARACTERÍSTICAS DO PORTUGUÊS DO BRASIL A vinda da língua portuguesa para o Brasil não se deu, como vimos, em um só momento. Ela se deu durante todo o período de colonização entrando em relação constante com outras línguas. Por outro lado, o povoamento do Brasil se fez com a vinda de portugueses de todas regiões de Portugal. Desse modo, sua vinda para o Brasil traz para esse novo espaço as diversas variedades do português de Portugal. Estas variedades se instalarão em lugares diferentes do Brasil mas, em muitos casos, elas convivem num mesmo espaço, como no Rio de Janeiro, por exemplo.

O português do Brasil vai, com o tempo, apresentar um conjunto de características não encontráveis, em geral, no português de Portugal, da mesma maneira que o português, em diversas outras regiões do mundo, terá características também específicas, em virtude das condições novas em que a língua passou a funcionar. Há que se considerar que, se levamos em conta a língua escrita, vamos encontrar uma maior proximidade entre o português do Brasil, assim como o de outras regiões do

mundo, com o português de Portugal, já que a língua escrita está mais sujeita à normatização da língua efetivada através das gramáticas normativas, dicionários e outros instrumentos reguladores da língua. Na língua oral o processo de incorporação de características específicas se faz de modo mais rápido.

Meu objetivo não é, neste texto, discutir essas diferenças internas, mas mostrar como o português do Brasil apresenta um conjunto importante de características específicas. A seguir, vou apresentar um conjunto destas características encontráveis no português do Brasil. Vou me limitar a apresentar aqui o que chamarei de diferenças gramaticais e lexicais (de vocabulário). Evidentemente que a caracterização do português do Brasil envolve a consideração efetiva das diversas divisões a que a língua portuguesa está sujeita no Brasil, tanto regionais quanto sociais e históricas (tal como mostram o artigo "Variedades do português no mundo e no Brasil" de Emílio Pagotto, para a questão das diferenças na língua, e o artigo "Língua brasileira" de Eni Orlandi, sobre os aspectos discursivos envolvidos nessa questão).

Nas características gramaticais podemos distinguir dois conjuntos de características: o das características fonético-fonológicas, o das características morfológicas e sintáticas.

**AS LÍNGUAS
INDÍGENAS E
SEUS FALANTES
JÁ EXISTIAM
NO BRASIL
QUANDO DA
CHEGADA DOS
PORTUGUESES**

CARACTERÍSTICAS FONÉTICO-FONOLÓGICAS Neste nível, a grande especificidade do português do Brasil, se comparado ao de Portugal, considerando o que Pagotto nos mostra no seu texto, é seu sistema de vogais. Para observar esse aspecto é necessário distinguir, tal como nos mostrou Câmara (1953, 1970) a vogal na posição tônica (da sílaba com acento de intensidade), a vogal na posição átona final (como o /a/ de fuga), e a vogal na posição pretônica (como o /a/ de até).

a) Na posição tônica, o português do Brasil apresenta 7 vogais: /a/ (-entrada); /é/ (deve), /è/ (medo), /i/ (viga); /ó/ (avó), /ò/ (avô), /u/ (urubu). Note-se que a vogal /a/ é pronunciada, com timbre aberto, com a língua em repouso embaixo, na boca; que as vogais /é/, /è/, /i/ são anteriores, elas são pronunciadas com um movimento da língua para frente; e as vogais /ó/, /ò/, /u/ são posteriores, pronunciadas com um movimento da língua para trás. Em Portugal (8), além dessas vogais, há também um /ã/, que não é aberto como o /a/. Este /ã/ é pronunciado com uma certa elevação da língua, diferentemente do /a/ aberto pronunciado com língua em repouso, embaixo na boca. Assim é que, na língua falada, se distingue /falãmos/, presente do indicativo, de /falamos/ passado perfeito (9).

b) Na posição átona final, no português do Brasil, de modo geral, há três vogais /a/ (casa), /i/ (barbante, pronunciado [barbãti]), /u/ (-menino, pronunciado [meninũ]) e mesmo [mininũ]). Em Portugal são também três vogais, /ã/, /ê/ e /u/. Assim diferentemente do Brasil, /ã/ é pronunciado com a língua mais alta, com timbre mais fechado, /ê/ é pronunciado fechado, mas numa posição mais posterior do que o /ê/ do Brasil. O /u/ tem as mesmas características fonéticas do /u/ brasileiro.

c) Na posição pretônica, há no português do Brasil, em geral, 5 vogais, /a/, /è/, /i/, /ò/, /u/, enquanto que em Portugal mantêm-se as 8 vogais da posição tônica, com a diferença de que o /è/ passa a /ê/, numa pronúncia mais central: /a/, /ã/, /é/, /è/, /i/, /ó/, /ò/, e /u/.

CARACTERÍSTICAS MORFOLÓGICAS E SINTÁTICAS No nível sintático, uma primeira característica geral do português do Brasil é que ele, no que toca ao funcionamento dos pronomes átonos (me, te, se, lhe, o, a, etc) tem uma colocação mais proclítica, não sendo encontrável em Portugal, por exemplo, *João se levantou*, tão comum no Brasil. Isto faz com que toda a colocação de pronomes átonos no Brasil seja bastante diferente da de Portugal. Este tipo de diferença tem muito a ver com o fato de que as diferenças fonético-fonológicas, apontadas antes, levam a um outro ritmo da frase, assim como uma diferença de tonicidade nesses pronomes. Isto resulta em um outro modo de colocá-los na frase, tal como já nos mostrou Ali (1908).

No Brasil é também comum construções como *está escrevendo*, com *estar* + gerúndio, não comum em Portugal, onde se encontram expressões como *está a escrever*, com *estar* + infinitivo. É também comum no Brasil expressões com a preposição *em*, que em Portugal são com a preposição *a*. Tem-se, comumente no Brasil, *está na janela, chegou no Brasil*, quando em Portugal se tem *está à janela, chegou ao Brasil*.

Segundo Galves (2002), a principal característica sintática do português do Brasil, é que ele é uma língua de tópico, diferentemente do português de Portugal e das demais línguas latinas (10). Esta posição se desenvolve a partir de uma formulação de Pontes (1987) que mos-

trou como muitas construções do português no Brasil precisam ser entendidas como construções com tópico. Para apresentar a formulação de Galves usaremos as abreviações SN e V que significam sintagma nominal e verbo. Um sintagma é um elemento lingüístico de nível inferior ao da frase e que possui na sua forma elementos lingüísticos de nível sintático ainda mais baixo, em geral ele combina pelo menos dois elementos. No caso do SN (sintagma nominal), o sintagma é constituído pelo menos por um nome e tem geralmente pelo menos um determinante para este nome, como em *o menino*, onde *menino* é o nome e *o* é o determinante e *o menino* é o SN. A noção de verbo, para o que aqui nos interessa, é a que usualmente conhecemos. Dito isto, para Galves, a frase do português do Brasil tem como estrutura SN [SN V (SN)], diferentemente do português de Portugal e as línguas latinas em geral, que têm como estrutura da frase SN [V (SN)]. O colchete separa o que se apresenta como o que se diz do primeiro SN.

Para entender essa diferença, consideremos duas frases: *João fez o trabalho* e *João, ele fez o trabalho*. Na primeira, com a palavra *João* referense a alguém (João) e predica-se dele algo, *fez o trabalho*. Neste caso, *João* que faz a referência a uma pessoa é também o sujeito da frase. Na segunda frase, *João* refere alguém, depois tem-se como sujeito o pronome *ele*, que retoma *João* (anaforiza *João*) do qual se predica *fez o trabalho*. Deste modo a seqüência sujeito+predicado (ele fez o trabalho) aparece no conjunto como dizendo algo de João, referido pela palavra *João*. Nesta segunda frase, *João* é o tópico, aquilo sobre o que se vai dizer algo. Diferentemente, na primeira frase, aquilo sobre o que se vai dizer algo é diretamente o sujeito da frase. A tese de Galves é que a estrutura sintática do português é do tipo da segunda frase que aqui usamos como exemplo: *João, ele fez o trabalho*.

Segundo a autora é esta característica que explica um conjunto importante de aspectos próprios do português brasileiro, tal como os que seguem.

a) *uso do pronome ele* como objeto

Em Portugal esta é uma construção inexistente. É comum no Brasil frases como *Encontrei ele ontem; esse rapaz, eu conheci ele no trem; esse rapaz at que eu encontrei ele no trem*. Nestas frases *ele* é complemento da frase, diferentemente de Portugal onde esta construção, normalmente, não aparece.

b) *ele* como sujeito

O funcionamento do *ele* como sujeito é diferente em Portugal e no Brasil. No Brasil temos, por exemplo, *eu tinha uma empregada que ela respondia ao telefone e dizia...*, enquanto em Portugal o que se encontra é somente algo como *eu tinha uma empregada que respondia ao telefone e dizia...* Para Galves esta diferença diz respeito a que no português do Brasil o *ele* aparece preferencialmente ao sujeito nulo (que na escola conhecemos como sujeito oculto), diferentemente do português de Portugal, onde aparece preferencialmente o sujeito nulo e em que o *ele* aparece quando é necessário marcar a concordância, já que a terminação verbal é a mesma entre a primeira e a terceira pessoa, ou para estabelecer um contraste.

c) *ele* como objeto de preposição

No Brasil é comum frases como *o André, que eu gosto dele, é mais bonito*, enquanto em Portugal só se encontram frases como *o André de quem*

LÍNGUAS DO BRASIL/ARTIGOS

eu gosto. Este aspecto está diretamente relacionado com o funcionamento das relativas no português brasileiro. Tal funcionamento no Brasil se caracteriza por ter uma predominância de relativas com este pronome que retoma um nome da principal (chamado pronome lembrete, o *ele* (dele) do primeiro exemplo acima), e é predominante quando a retomada está em sintagma preposicional, conforme mostrou Tarallo (1996). Este funcionamento predominante no Brasil é oposto ao predominante em Portugal, onde o mais comum é o de construções como *O André, de quem eu gosto, é mais bonito*.

Este aspecto está ligado ao crescimento no português do Brasil de um outro funcionamento da relativa que se chama de relativa cortadora, como em *É uma pessoa que essas besteiras que a gente fica se preocupando, ela não fica esquentando a cabeça*. Em Portugal a construção encontrável seria *É uma pessoa que não fica esquentando a cabeça com estas besteiras que nos preocupam*. No português do Brasil hoje há a predominância das construções relativas com pronome lembrete e relativas cortadoras. As análises de Tarallo (idem) mostram que essa diferença entre o funcionamento do português do Brasil e de Portugal já está instalada claramente em 1880 e se aprofunda a partir de então. Assim hoje é predominante o que no início do século XIX (1825, por exemplo) era o menos comum.

Ao lado desses aspectos, Galves também considera uma outra característica muito interessante do português do Brasil: O funcionamento do pronome *se*. Para a autora, no português brasileiro o *se* pode não aparecer em frases com tempo (o verbo nas formas finitas), diferentemente do português europeu. No Brasil há frases como *Nos nossos dias, não usa mais saia; Esta camisa lava facilmente; Joana não matriculou ainda; Maria fez a lista dos convidados mas esqueceu de incluir ela; É impossível se achar lugar aqui*, enquanto em Portugal só há frases como *Não se usa mais saia; Esta camisa lava-se facilmente; Joana não se matriculou ainda; Maria fez a lista dos convidados mas esqueceu de se incluir*. Interessante para a linguísta é que, em contrapartida, em frases com infinitivo, no Brasil, aparece consistentemente a forma *se* para indeterminar, em oposição a Portugal onde este *se* não aparece da mesma maneira. Tem-se no Brasil *É impossível se achar lugar aqui*, enquanto em Portugal haveria somente *É impossível achar lugar aqui*.

O que é interessante nessa análise de Galves é que ela não só registra a existência de construções diferentes, que poderiam ser atribuídas a uma mera diferença de uso de uma ou outra pessoa, em uma ou outra situação, como mostra que essa diferença nas frases diz respeito a uma especificidade na estrutura mesma da sintaxe do português do Brasil, ter a estrutura SN (SN V (SN)). Ser, portanto, uma língua de tópico. Ligada a essa diferença na estrutura sintática da frase, Galves nos mostra como ela está ligada a um aspecto semântico fundamental, o modo como o português do Brasil faz referência às coisas sobre às quais se fala. Observe que se tomamos a frase do português do Brasil *Eu tinha uma empregada que ela respondia ao telefone e dizia...* vemos que o *ela* retoma diretamente *empregada*, desfazendo o caráter anafórico do que (relativo), diferentemente de, por exemplo, *Eu tinha uma empregada que atendia o telefone e dizia...*, na qual o *que* mantém seu caráter anafórico. Em cada caso o modo de referir à empregada é um.

Ou seja, o fato de o português ter uma estrutura de tópico para suas frases diz respeito ao modo como no Brasil se faz referência às coisas, ou seja, diz respeito a como, num acontecimento enunciativo específico, refere-se a algo. Em outras palavras, esta característica de estrutura da frase está diretamente articulada a um modo de funcionamento semântico-enunciativo, outros diriam semântico-pragmático, do português no Brasil. Enfim, Galves nos mostra que o português do Brasil tem uma estrutura e funcionamento diversos do português de Portugal e das outras línguas latinas. E esta não deixa de ser uma questão a ser estudada no quadro do multilingüismo brasileiro.

CARACTERÍSTICAS DO LÉXICO Desde o início do século XIX, com o Marquês de Pedra Branca, se usa o estudo do léxico para mostrar diferenças entre o português do Brasil e o português de Portugal (11). Essas diferenças dizem respeito ao fato de que, no Brasil, muitas palavras tomaram outros sentidos ou foram incorporadas ao português a partir das línguas indígenas e africanas, com as quais o português esteve e está em relação. Podemos observar palavras que têm um sentido em Portugal e outro no Brasil, a partir de exemplos retirados de Teyssier (1997)

PORTUGAL	BRASIL
comboio	trem
autocarro	ônibus
eléctrico	bonde
hospedeira	aeromoça
caneta de tinta permanente	caneta-tinteiro
corta-papeles	pátula
fato	terno
metro	metrô

Por outro lado, há no Brasil um conjunto importante de palavras de origem indígena, comumente o tupi, assim como de origem africana, os exemplos são também tirados de Teyssier (idem).

Exemplos de palavras de origem indígena: capim, cupim, caatinga, curumim, guri, buriti, carnaúba, mandacaru, capivara, curió, sucuri, piranha, urubu, mingau, moqueca, abacaxi, caju, Tijuca, etc. São, em geral, palavras relativas à designação da flora, da fauna, de alimentos, assim como de lugares.

Exemplos de palavras de origem africana: caçula, cafuné, molambo, moleque; orixá, varapá, abará, acarajé; bangüê; senzala, mocambo, maxixe, samba. São, em geral, palavras que designam elementos do candomblé, da cozinha de influência africana, do universo das plantações de cana, do universo de vida dos escravos, e mesmo outros de aspecto mais geral. Grandes listas de palavras dessas línguas que se incorporaram ao português podem ser encontradas em diversos livros de lingüística histórica do português como Silva Neto (1950), Bueno (1946, 1950) e Coutinho (1936).

CONSIDERAÇÕES FINAIS Várias outras características podem ser atribuídas ao português do Brasil, mas a melhor forma de tratar disso é observar o modo como o português se divide em falares regionais específicos ou registros distintos de acordo com situações particu-

res do funcionamento da língua, como o formal ou o coloquial, o íntimo e o público, etc.

Por outro lado, fica claro que o estudo do português do Brasil indica para a necessidade de se aprofundarem pesquisas históricas que dêem mais relevo à questão das relações do português num espaço multilíngue muito particular.

NOTAS

1. Guerras Púnicas foram as três guerras entre Roma e Cartago (os fenícios) que se deram entre 246 e 146 a.C.
2. Esta relação é uma relação política e constitui espaços de enunciação (Guimarães 2002). Estes espaços se caracterizam por distribuírem as línguas para seus falantes. Nesta medida o falante é uma categoria social e política determinada por estes espaços de enunciação.
3. A história do português no Brasil tem sido objeto de bom número de trabalhos. Um texto de referência sobre esse aspecto tem sido *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil* (Silva Neto, 1950).
4. Sobre esta questão ver Mariani (2001) e Mariani (2004).
5. José de Alencar (1829-1877) teve um debate particular com Pinheiro Chagas sobre aspectos de língua a propósito do livro *Iracema* (1865).
6. Sobre a autoria brasileira de gramática ver Orlandi (2000).
7. Uma discussão mais detalhada destes aspectos pode ser encontrada em Orlandi e Guimarães (1998), Guimarães (2004), Orlandi (2002) e Orlandi - (org. 2001).
8. Ver a este respeito Teyssier (1967, p. 68-77).
9. Interessante notar que esta distinção se dá, também, em algumas regiões do Brasil.
10. As línguas latinas (ou românicas) são as que têm como origem a língua latina: português, espanhol, catalão, francês, italiano, rético, sardo, romeno.
11. Este aspecto do texto do marquês pode ser encontrado em Pinto (1978). Sobre o léxico brasileiro ver Nunes e Petter (orgs. 2002).

BIBLIOGRAFIA CITADA

- All, M. S. (1908) *Dificuldades da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1966
- Câmara Jr., J.M. *Para o estudo da fonêmica portuguesa*. Rio de Janeiro, Simões, 1953.
- Câmara Jr., J.M. *Estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Vozes, 1970.
- Galves, Ch. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas, Editora da Unicamp, 2001.
- Guimarães, E. *História da semântica. Sujeito, sentido e gramática no Brasil*. Campinas, Pontes, 2004.
- Mariani, B. "A Institucionalização da língua, história e cidadania no Brasil do século XVIII: o papel das academias literárias e da política do Marquês de Pombal", in Orlandi, 2001.
- Mariani, B. *Colonização lingüística*. Campinas, Pontes, 2004.
- Nunes, J.H. e Petter, M. (orgs.) *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo, Humanitas/Pontes, 2002.
- Orlandi, E.P. "O Estado, a gramática, a autoria. Língua e conhecimento

lingüístico". *Línguas e instrumentos lingüísticos*, 4/5. Campinas, Pontes, 2000.

Orlandi, E.P. (org.) *História das idéias lingüísticas no Brasil*. Campinas, Unemat Editora/Pontes, 2001.

Orlandi, E.P. e Guimarães, E. "La formation d'un espace de production linguistique. La grammaire au Brésil". *Langages*, 130. Paris, Larousse, 1998.

Pontes, E. *Tópico no português do Brasil*. Campinas, Pontes, 1987.

Pinto, E. P. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos*. Rio de Janeiro, Livro Técnico, 1978.

Tarallo, F. "Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além mar ao final do século XIX". *Língua e cidadania*. Campinas, Pontes, 1996.

Teyssier, P. *História da língua portuguesa*. São Paulo, Martins Fontes, 1997.

Silva Neto, S. da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, Presença/MEC, 1950.

Silva Neto, S. da. *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1952.

A LÍNGUA BRASILEIRA

Eni P. Orlandi

INTRODUÇÃO A questão da língua que se fala, a necessidade de nomeá-la, é uma questão necessária e que se coloca impreterivelmente aos sujeitos de uma dada sociedade de uma dada nação. Porque a questão da língua que se fala toca os sujeitos em sua autonomia, em sua identidade, em sua autodeterminação. E assim é com a língua que falamos: falamos a língua portuguesa ou a língua brasileira? (1) Esta é uma questão que se coloca desde os princípios da colonização no Brasil, mas que adquire uma força e um sentido especiais ao longo do século XIX. Durante todo o tempo, naquele período, o imaginário da língua oscilou entre a autonomia e o legado de Portugal. De um lado, o Visconde de Pedra Branca, Varnhagen, Paranhos da Silva e os românticos como Gonçalves Dias, José de Alencar alinhavam-se entre os que defendiam nossa autonomia propugnando por uma língua nossa, a língua brasileira. De outro, os gramáticos e eruditos consideravam que só podíamos falar uma língua, a língua portuguesa, sendo o resto apenas brasileirismos, tupinismos, escolhos ao lado da língua verdadeira. Temos assim, em termos de uma língua imaginária, uma língua padrão, apagando-se, silenciando-se o que era mais nosso e que não seguia os padrões: nossa língua brasileira. Assim nos contam B. S. Mariani e T. C. de Souza (*Organon 21, Questões de Lusofonia*) que, em 1823, por ocasião da Assembleia Constituinte, tínhamos pelo menos três formações discursivas: a dos que propugnavam por uma língua brasileira, a dos que se alinhavam do lado de uma língua (padrão) portuguesa e a formação discursiva jurídica, que, professando a lei, decidia pela língua legitimada, a língua portuguesa. Embora no início do século XIX muito se tenha falado da língua brasileira, como a Constituição não foi votada, mas outorgada por D. Pedro, em 1823, decidiu-se que a língua que falamos é a língua portuguesa. E os efeitos desse jogo político, que nos acompanha desde a aurora do Brasil, nos faz oscilar sempre entre uma língua outorgada, legado de Portugal, intocável, e uma língua nossa, que falamos em nosso dia-a-dia, a língua brasileira. É assim que distingo entre língua fluida (o brasileiro) e a língua imaginária (o português), cuja tensão não pára de produzir os seus efeitos. Assim é que, em 1826, o projeto apresentado ao parlamento brasileiro pelo deputado José Clemente propõe que os diplomas dos médicos seja redigido em “língua brasileira”. Em 1827 temos a aprovação de lei que estabelece que os professores deveriam ensinar a gramática da língua nacional. Nem português, nem brasileiro, estrategicamente, nomeamos de língua nacional. Em 1870, procurando argumentar sobre a língua que falamos, temos a polémica entre o romancista brasileiro José de Alencar e o português Pinheiro Chagas, um falando de nossas diferenças e autonomia, o outro, sobre o legado que recebemos de Portugal, a língua portuguesa. Essas referências podem ser encontradas em um quadro apresentado no início do livro *História da semântica* (2004) de Eduardo Guimarães, entre outros. Já no século XX, na década de 1930 há uma dis-

cussão na Câmara do Distrito Federal sobre o nome da língua do Brasil: língua portuguesa ou brasileira? Novamente se decide pelo indefinido: falamos a língua nacional. Sobre essa discussão pode-se consultar o livro (tese) de Luis Francisco Dias (1996), que conclui que, na perspectiva daqueles que se posicionaram contrários aos projetos de mudança do nome da língua falada no Brasil, o nome língua brasileira é percebido como algo que viria desestabilizar um eixo social que tem nos percursos da escrita, sob os auspícios da língua portuguesa, o seu suporte, a sua referência, e, na perspectiva daqueles que defendem os projetos de mudança do nome de nosso idioma, língua brasileira tem a sua referência constituída a partir de uma imagem romântica do país, imagem fundada no positivismo e no ufanismo que, ao longo da segunda metade do século XIX e da primeira metade do século XX marcaram nossa história. Finalmente, assim como D. Pedro outorgou uma Constituição em 1823, também em 1946, a comissão encarregada pelo governo brasileiro, em atendimento ao estabelecido pela Constituição de 1946, decide que o nome da língua falada no Brasil é língua portuguesa (2).

Esta questão, no entanto, não deixa de nos importunar, e há sempre alguma razão, um pretexto, ou alguém que a levanta em momentos diferentes de nossa história. Isso quer dizer que até hoje não decidimos se falamos português ou brasileiro. Embora a cultura escolar se queira, muitas vezes, esclarecedora em sua racionalidade e moderna em sua abertura, acaba sempre se curvando à legitimidade da língua portuguesa que herdamos e, segundo dizem, adaptamos às nossas conveniências, mas que permanece em sua forma dominante inalterada, intocada: a língua portuguesa. E quem não a fala, ainda que esteja no Brasil, que seja brasileiro, erra, é um mal falante, um marginal da língua.

É, pois, impressionante como a ideologia da língua pura, a verdadeira, faz manter o imaginário da língua portuguesa.

A QUESTÃO DE FATO No entanto, podemos ver isto mais de perto e tomamos como medida a língua que falamos em seu aspecto histórico, social, cultural.

Desde o princípio da colonização, instala-se um acontecimento lingüístico de grande importância no Brasil: o que constitui a língua brasileira.

Ao mesmo tempo em que aqui desembarca, a língua portuguesa, ao deslocar-se de Portugal para o país nascente – o Brasil – institui um movimento de memória, deslizamentos lingüísticos por meio dos quais uma outra língua – a brasileira – faz-se presente.

O novo espaço de comunicação resiste com sua materialidade à língua que chega com os portugueses em sua memória já falada, já dita. Desdobram-se, transmudam-se os modos de dizer. A relação palavra/coisa faz ruído, relação não coincidente entre si e nem perfeitamente ajustada. Outras formas vão estabelecer-se fazendo intervir, e ao mesmo tempo constituindo, a memória local.

Retomo aqui os movimentos da enunciação que já tive a oportunidade de expor (1998): em um primeiro momento – situação enunciativa I – a partir de sua memória, o colonizador português reconhece as coisas, os seres, os acontecimentos e os nomeia. Mas ele o faz, transportando elementos de sua memória lingüística. Há um investimento

na relação palavra/coisa, a questão incidindo sobre o referente: na presença de um nome, estamos diante da mesma coisa (a do Brasil e a de Portugal)? Como estamos no Brasil, há um deslocamento (transporte) que força contornos enunciativos diferenciados. Essa diferença se torna cada vez mais uma diferença de línguas (relação palavra/palavra, e não da palavra com a coisa). Daí resulta todo um trabalho sobre a língua, de classificação, organização, definições em listas de palavras, dicionários. O português, assim transportado, acaba por estabelecer em seu próprio sítio de enunciação outra relação palavra/coisa, cuja ambivalência pode ser lida nas remissões: no Brasil, em Portugal. Tem início, então, a produção de um espaço de interpretação com deslizamentos, efeitos metafóricos que historicizam a língua. Produzem-se transferências, deslizamentos de memória, metáforas, pois estamos diante de materialidades discursivas que produzem efeitos de sentidos diferentes. Configura-se uma nova situação enunciativa – situação enunciativa II. As palavras, estas, já recobrem outra realidade.

A língua praticada nesse outro regime enunciativo realiza, deste lado do Atlântico, a relação unidade/variedade: a unidade já não refere o português do Brasil ao de Portugal, mas à unidade e às variedades existentes no Brasil. E a unidade do português do Brasil, referido a seu funcionamento historicamente determinado, é marca de sua singularidade. Há um giro no regime de universalidade da língua portuguesa que passa a ter sua própria referência no Brasil. A variação não tem como referência Portugal, mas a diversidade concreta produzida no Brasil, na convivência de povos de línguas diferentes (línguas indígenas, africanas, de imigração etc).

Nessa perspectiva, então, falamos decididamente a língua brasileira, pois é isto que atesta a materialidade lingüístico-histórica. Se, empiricamente, podemos dizer que as diferenças são algumas, de sotaque, de contornos sintáticos, de uma lista lexical, no entanto, do ponto de vista discursivo, no modo como a língua se historiciza, as diferenças são incomensuráveis: falamos diferente, produzimos diferentes discursividades.

HETEROGENEIDADE LINGÜÍSTICA J. Authier (1987) estabelece o conceito de heterogeneidade enunciativa para descrever o fato de linguagem que consiste em que todo dizer tem necessariamente em si a presença do outro. Aproveito o impulso desse conceito, embora ele ganhe em nosso uso outras determinações, para falar em heterogeneidade lingüística toda vez que, no campo dos países colonizados, temos línguas como o português, ou o espanhol, na América Latina, que funcionam em uma identidade que chamaria dupla. Estamos diante de línguas que são consideradas as mesmas – as que se falam na América Latina e na Europa – porém que se marcam por se historicizarem de maneiras totalmente distintas em suas relações com a história de formação dos países. É o caso do português do Brasil e o de Portugal. Falamos a “mesma” língua, mas falamos diferente. Consideramos, pois, a heterogeneidade lingüística no sentido de que joga em nossa língua um fundo falso em que o “mesmo” abriga, no entanto, um “outro”, um diferente histórico que o constitui ainda que na aparência do “mesmo”: o português brasileiro e o português português se recobrem como se fossem a mesma língua mas não são. Produzem discursos distintos, significam diferentemente. Discursi-

vamente é possível se vislumbrar esse jogo, pelo qual no mesmo lugar há uma presença dupla, de pelo menos dois discursos distintos, efeitos de uma clivagem de duas histórias na relação com a língua portuguesa: a de Portugal e a do Brasil. Ao falarmos o português, nós brasileiros, estamos sempre nesse ponto de disjunção obrigada: nossa língua significa em uma filiação de memória heterogênea. Essas línguas, o português e o brasileiro, filiam-se a discursividades distintas. O efeito de homogeneidade é o efeito produzido pela história da colonização.

Quando, mais acima, falei da disjunção obrigada referia-me a uma certa indistinção, mas também à polissemia. Há uma composição de sentidos em nossa memória lingüística que funcionam, simultaneamente, em movimentos simbólicos distintos, quando falamos a língua brasileira. Isto significa que há uma marca de distinção na materialidade histórica desses sistemas simbólicos que carrega a língua brasileira dessa composição de sentidos. Eis a duplicidade, a heterogeneidade, a polissemia no próprio exercício da língua: o português e o brasileiro não têm o mesmo sentido. São línguas materialmente diferentes.

Dados esse fatos, a história da identidade da língua nacional se alongará por meio de acontecimentos múltiplos, como acordos, fundação de academias, regulamentos escolares, constituintes e outros. É essa história que começamos a conhecer, e este artigo é apenas um pequeno passo em direção a esta forma de conhecimento que é também uma tomada de posição face ao conhecimento da língua e da constituição da língua nacional no Brasil. Considerações acerca da língua materna, do idioma pátrio, da língua nacional são outras tantas que nos levam a novas reflexões igualmente esclarecedoras a respeito da língua nacional que falamos no Brasil e do modo como a nomeamos.

Emi P. Orlandi é professora titular de análise de discurso do Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL); coordenadora do Laboratório de Estudos Urbanos (Laburb) da Unicamp; e pesquisadora 1A do CNPq.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Estes aspectos estão mais desenvolvidos em Orlandi (2002).
2. Uma análise do texto do parecer da comissão encarregada de decidir sobre o nome da língua está em Guimarães (2000)

BIBLIOGRAFIA CITADA

- Auroux, S., Orlandi, E. e Mazlière F. "L'hyperlangue brésilienne", in *Langages*, 130, Paris, Larousse, 1998.
- Authier, J. "Hétérogénéités énonciatives" in *Langages*, Paris, Larousse, 1987.
- Dias, L. F. *Os sentidos do idioma nacional*, Campinas, Pontes, 1996.
- Guimarães, E. "Línguas de civilização e línguas de cultura. A língua nacional do Brasil". In Barros, D.L.P. *Os discursos do descobrimento*. São Paulo, Edusp/Fapesp, 2000.
- Guimarães, E.R.J. *História da semântica*, Campinas, Pontes, 2003.
- Mariani, B. e Souza, T. C.C. de "Questões de lusofonia". *Organon*, 21, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.
- Orlandi, E. P. *Língua e conhecimento lingüístico*. São Paulo, Cortez, 2002.

VARIEDADES DO PORTUGUÊS NO MUNDO E NO BRASIL

Emílio Gozze Pagotto

O PORTUGUÊS NO MUNDO Acompanhando os navegadores, colonizadores e comerciantes portugueses em todas as suas incríveis viagens, a partir do século XV, o português se transformou na língua de um império. Nesse processo, entrou em contato – forçado, o mais das vezes; amigável em alguns casos – com as mais diversas línguas, passando por processos de variação e de mudança lingüística. No limite, deu origem a várias línguas crioulas.

O português, como se sabe, é a língua oficial nos países de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe e – mais recentemente – Timor Leste. Como assinala Mattos e Silva (1988), em tais ex-colônias ainda não se sabe que rumos o português estaria tomando, visto que o processo de independência política se deu há pouco tempo e o português, em muitos casos, se expande via escolarização, já que países como Angola e Moçambique têm uma situação lingüística complexa, sendo o português a língua oficial mas não a língua materna da maioria da população. Sendo assim, não se conhecem em profundidade detalhes sobre o processo de dialeção nesses países, afora o fato de que mantêm com o português europeu uma proximidade muito grande.

LÍNGUAS CRIOULAS Com relação às línguas crioulas, a literatura é um pouco maior, mesmo assim várias delas ainda estão por merecer uma descrição mais acurada e profunda. Mas é impressionante e extensa a lista de línguas crioulas que teriam no português a sua língua de base. Segundo nos informam Tarallo e Alckmin (1987), na Ásia os crioulos portugueses seriam classificados em três grupos:

- 1º. grupo: sino-português
- 2º. grupo: malaio-português
- 3º. grupo: indo-português

Destes, o mais numeroso foi o terceiro grupo – o da Índia – mas a maioria dessas línguas já está extinta.

Já na África, podemos, ainda segundo os mesmos autores, apontar:

1. Crioulos portugueses do golfo da Guiné
2. Crioulo português das ilhas de Cabo Verde
3. Crioulo português da Guiné-Bissau
4. Crioulo português do Senegal

Os que têm apresentado uma vitalidade maior são os do golfo da Guiné, nas Ilhas de São Tomé e Príncipe, e o de Cabo Verde. Nestes dois últimos casos, temos a língua crioula concorrendo com o próprio português, que é a língua oficial.

Do ponto de vista sociolingüístico, a grande questão que tais crioulos vivem diz respeito às condições de sua sobrevivência. Línguas altamente estigmatizadas, só recentemente têm sido recebidas e tomadas como símbolos de nacionalidade, ganhando escrita, literatura, gramáticas, que são instrumentos poderosos de promoção e difusão das línguas.

O PORTUGUÊS DE PORTUGAL Portugal representa, segundo Tessier (1982), um caso muito interessante, do ponto de vista lingüístico: país monolíngüe, tem a sua língua quase estritamente limitada aos limites geográficos do país. Além disso, as áreas dialetais, há muito tempo estudadas, são as mesmas há praticamente cinco séculos. Há várias propostas para a definição das regiões dialetais de Portugal. A mais recente, que costuma ser citada, é a de Cintra (1971), que propõe três grandes regiões dialetais:

- dialetos galegos
- dialetos setentrionais
- dialetos centro-meridionais

Cada uma dessas áreas é subdividida em outras áreas dialetais. Chama a atenção nessa proposta a inclusão da região do galego como parte das regiões dialetais do português, que incluiria toda a Gálcia espanhola como parte da dialeção portuguesa. Aqui temos o embate entre o lingüístico e o político posto de maneira bastante clara: para Cintra (1971), a separação política é apenas um detalhe, já que lingüisticamente haveria razões para incluir a Gálcia entre os dialetos portugueses.

No caso de Portugal, propriamente dito, Cintra vai distinguir dois grandes grupos de dialetos: os setentrionais – ao norte, e os centro-meridionais – ao sul. Esta divisão, grosso modo, lembra a expansão do território português. Como se sabe, Portugal surge como país na sua porção norte, com capital em Guimarães, usando uma língua hoje reconhecida como galego-português. Paulatinamente o português vai se separando do galego, à medida que o centro cultural se desloca para o sul, em Lisboa.

Não me deterei nos traços que diferenciam os grupos de dialetos, remetendo o leitor para Cintra (1971). Mas é interessante acompanhar Mattos e Silva (1988) chamando a atenção para o fato de os traços que marcam fortemente os dialetos do norte não serem encontrados no português do Brasil, como é o caso da neutralização de /b/ e /v/, ou a oposição entre a africada palatal surda [tʃ] e a fricativa palatal [ç] (o primeiro caso, nas palavras escritas com o dígrafo ch) (1). O importante é frisar que a situação dialetológica em Portugal parece conhecer uma relativa estabilidade, muito provavelmente em função da manutenção das mesmas dinâmicas sociais.

De qualquer forma, é digno de nota o fato de que a sociolingüística não conhece em Portugal uma tradição de pesquisas forte como no Brasil. O foco lá são as pesquisas de cunho dialetológico voltadas para padrões de distribuição regionais. Essa ausência de pesquisas sociolingüísticas em Portugal tem dificultado a interação com os resultados produzidos no Brasil, que alcançam um grau de detalhamento bem maior no que diz respeito à complexidade social do fenômeno de variação. Para pes-

quisadores como Mattos e Silva (1988), em Portugal o aspecto regional da variação parece ser mais saliente do que o aspecto social. situação que, segundo a autora, seria a oposta do Brasil, onde os aspectos sociais teriam uma força maior do que os regionais.

O PORTUGUÊS DO BRASIL Nas duas últimas décadas tem sido feito um grande esforço descritivo e interpretativo a respeito da constituição do português do Brasil, podendo destacar-se três grandes linhas de trabalho:

1. A estrutura gramatical do português do Brasil
2. Os processos de variação no âmbito das cidades e dos territórios
3. Os processos históricos de constituição do português do Brasil e seus dialetos

ALGUNS PROCESSOS LINGÜÍSTICOS RELEVANTES Longe de querer esgotar a questão num texto tão breve, gostaria de destacar alguns lugares na estrutura da língua, bastante permeáveis à variação. São lugares que não só expressam a diferença entre Portugal e Brasil, como também definem no Brasil diferenças regionais e sociais.

1. Fonologia Segundo Mateus *et alii* (1983) teríamos seis indicadores fonológicos que diferenciariam o português brasileiro do português de Portugal. Desses, destaco quatro: a realização das vogais pré-tônicas; a realização de /t/, /d/ diante de [i]; a realização de /s/ em final de sílaba; a realização de /l/ em final de sílaba. O fato interessante é que esses mesmos ambientes diferenciam no Brasil regiões dialetais diferentes, ainda não muito bem demarcadas.

1.1. AS VOGAIS PRÉ-TÔNICAS

Enquanto no português de Portugal há uma tendência muito forte para a redução das vogais pré-tônicas (talvez a grande marca identificadora do sotaque português para um brasileiro), no Brasil, elas são pronunciadas claramente, não se percebendo, até onde se sabe, nenhuma tendência de que caminharemos na mesma direção de Portugal.

Ao mesmo tempo, é nas vogais pré-tônicas que se encontra o grande traço apontado por Antenor Nascentes como definidor das duas grandes regiões dialetais do Brasil: o norte e o sul. No norte, elas tenderiam a serem abertas. A linha divisória estaria entre o Espírito Santo e a Bahia, indo, para o oeste até Cuiabá (2).

Além disso, as vogais pré-tônicas sofrem também um processo conhecido como o de elevação da vogal (grosso modo, /e/ -> [i]; /o/ -> [u]) altamente variável em todo o país, com matizes sociais os mais diversos.

1.2. A REALIZAÇÃO DA CONSOANTE /T/ DIANTE DA VOGAL [i]

Esse é outro traço que, ao mesmo tempo que diferencia o português de Portugal do português brasileiro, também definiria áreas dialetais importantes no nosso país. Não temos um mapa dialetal geral do Brasil mas, pelas pesquisas já realizadas, sabe-se que no Sudeste brasileiro, descendo até a região Sul, com exceção do litoral catarinense e outras ilhas, subindo até a capital baiana, entrando pelo Centro-Oeste e tomando o Norte do país, temos a realização africada [tʃ];

nas demais regiões, assim como em Portugal e demais países de língua portuguesa, esse processo de africacão não ocorre.

1.3. A REALIZAÇÃO DA CONSOANTE FRICATIVA /ʃ/ FECHANDO SÍLABA Esse é outro traço que opõe Brasil e Portugal e, ao mesmo tempo, define também áreas diferentes no território brasileiro. Trata-se da possibilidade de palatalização da consoante /s/ quando fechando sílaba, em palavras como *casca*, *seis*. Em falares como o carioca, ou o de Florianópolis, a realização é palatalizada, ou seja, o efeito acústico é algo semelhante à primeira consoante da palavra *chá*.

1.4. A REALIZAÇÃO DE /l/ EM FINAL DE SÍLABA

Em Portugal, em palavras como *legal*, *leal*, a última consoante é realizada como um [l] velarizado; no Brasil, haveria a forte tendência de realizá-la como uma semivogal [w], de tal maneira que se tenderia a não distinguir *mal* e *mau*. Mas o interessante é que no Brasil há ainda dialetos que usam a forma velarizada, no Sul do país. Dos traços que elencamos nesta seção, este é o que menor abrangência tem no país.

II. Morfologia e sintaxe São muitos os lugares da estrutura morfosintática que estão em variação no Brasil e que nos diferenciam dos dialetos portugueses. A morfologia verbal, especialmente a flexão de número e pessoa e a morfologia pronominal – aqui se destacando os pronomes pessoais – são palco de grandes processos de variação e mudança (em termos de dialeção brasileira, destaca-se o emprego dos pronomes *tu* e *você* como tratamento íntimo que diferencia grandes áreas lingüísticas no Brasil) (3). Associadas a esses lugares, a sintaxe no Brasil experimenta também muitos processos de variação e mudança, com especial destaque para os fenômenos de ordem e a representação pronominal do sujeito e do objeto (4).

HISTÓRIA Contar a história do português do Brasil é mergulhar na sua história colonial e de país independente, já que as línguas não são organismos desgarrados dos povos que as utilizam. Para tentar explicar as diferenças do português do Brasil, três grandes hipóteses têm sido investigadas:

1. A hipótese conservadora
2. A hipótese do contato
3. A hipótese da deriva lingüística

Começamos pela última. Segundo ela, o que ocorreu no português do Brasil foi apenas o lento, gradual e inexorável processo de mudança lingüística que afeta qualquer língua. Nesse caso, as características do português do Brasil seriam fruto do jogo interno da estrutura. Bom exemplo disso seria a perda da inversão do sujeito. Na medida em que as flexões verbais se simplificam, perdem-se os pronomes acusativos e a preposição *a*, marcadora do objeto direto preposicionado, a ordem se torna rígida para fazer as marcações sintáticas necessárias.

Pela hipótese do contato, o grande número de características lingüísticas do português do Brasil no período relativamente curto de sua existência se deveria ao contato do português com línguas indígenas e

LÍNGUAS DO BRASIL/ARTIGOS

africanas. Como se viu acima, nas situações de contato pode ocorrer, no limite, o surgimento de uma nova língua – uma língua crioula. Muito já se discutiu quanto à possibilidade de o português ser/ter sido uma língua crioula, já que, além do contexto histórico ser semelhante ao de lugares onde se tem notícia de crioulos, há inúmeras características gramaticais que remetem às línguas crioulas. O problema da hipótese de crioulização é tomarmos no singular o português do Brasil e a língua crioula em questão: ou seja, seria o português do Brasil fruto de uma língua crioula? Hoje em dia, é muito mais interessante pensar que possa ter havido línguas crioulas no Brasil – e há fortes indícios que levam a essa conclusão – mas que elas, isoladamente, não seriam responsáveis pelo processo histórico de formação do português do Brasil atual. Ao mesmo tempo, não se deve descartar a importância que o contato com outras línguas possa ter trazido. Seguramente, profundas alterações foram introduzidas na língua a partir do contato lingüístico, sem que necessariamente tenhamos que pensar na formação de uma única língua crioula base do português do Brasil.

Por fim, a hipótese conservadora. Ela nos leva a inverter o raciocínio: os traços lingüísticos encontrados no português do Brasil seriam devidos mais à conservação do português do primeiro século de colonização do que às inovações aqui introduzidas. Assim, enquanto o português de Portugal sofria processos de mudança que lhe dariam as feições atuais, o português do Brasil, pelo isolamento das populações transplantadas, teria mantido aqui as características de antes da mudança. É claro que tal hipótese não explica o sem número de alterações na morfologia e na sintaxe, de que não se tem notícia em Portugal, mas ela é interessante para pensar alguns fenômenos fonológicos. Por exemplo, a queda das vogais pré-tônicas é uma inovação do português de Portugal que se teria implementado a partir do século XVIII – na verdade uma grande alteração no padrão rítmico da língua – que não teria afetado o português do Brasil. O mesmo se poderia dizer da palatalização de /s/ em final de sílaba, muito comum em cidades litorâneas brasileiras, mas pouco produtiva no interior.

O mais provável é que, nos diversos pontos do território, em momentos diferentes, tenhamos a atuação de cada uma dessas forças – a conservação, a inovação estrutural e o contato lingüístico que redundaram tanto nas diferenças do português do Brasil com relação ao de Portugal, quanto nas diferenças encontradas nos dialetos brasileiros. Mas é interessante observar que, quanto mais distante do português normativo, especialmente se consideramos as flexões pronominais e verbais, mais estigmatizado é o falar, no Brasil. Alterações profundas na produtividade morfológica estão muito associadas ao contato interlingüístico, o que nos leva à enorme população escravizada que é a base do povo brasileiro. Assim, o Brasil colônia teria, com a sua estrutura produtiva de espoliação, lançado as bases para a dialetação social no Brasil.

UMA VISÃO DOS DIALETOS BRASILEIROS Do conjunto de dados elencados acima, o que poderíamos dizer dos dialetos brasileiros? O pro-

jeto de um mapa dialetológico brasileiro só recentemente teve as suas primeiras iniciativas lançadas (5). O que temos são mapas regionais que apontam para a confirmação de pelo menos uma hipótese básica de Antenor Nascentes: a de que o Brasil seria dividido em duas grandes regiões dialetais – norte e sul.

Os resultados da sociolingüística, na maior parte dos casos voltados para a fala de grandes centros urbanos, têm apontado para uma forte variabilidade no português brasileiro, com traços sociais os mais diversos se imprimindo nas formas lingüísticas. Essa profusão de pesquisas impede que se chegue a um retrato mais preciso de como o Brasil se comporta em termos de suas regiões dialetais e qualquer tentativa – hoje – de adiantar conclusões não teria bases objetivas.

Outro fato extremamente importante e que desafia o conhecimento sistemático do que estaria ocorrendo no Brasil tem a ver com o grande conjunto de migrações que ocorreram no século XX, como bem assinala Cardoso (1998). Por volta da década de 50 deixamos de ser um país rural para nos tornarmos um país essencialmente urbano. Hoje, segundo dados do último censo, 70% da população brasileira vive em cidades.

Em termos lingüísticos, isto significa que uma série de variedades que até então se encontravam isoladas umas das outras é posta em contato nas grandes cidades. O resultado desta grande mescla do século XX ainda está por se conhecer, mas seguramente é um dos grandes responsáveis pelo alto grau de variação que as pesquisas têm mostrado. Ao mesmo tempo, a universalização da escola, ainda em vias de alcançar completamente, tem colocado mais e mais falantes em contato com as formas mais eruditas da língua. Isso tem produzido uma grande tensão de cunho normativista cujo resultado ainda não se pode prever. Nesse sentido é sintomático

que se tenham multiplicado os programas de rádio, TV e as colunas de jornal voltadas para as questões de português. Vivemos um momento de inflexão normativa, já que mais e mais pessoas de estratos mais populares têm alcançado os cursos superiores, onde a demanda pelas formas normativas é maior. Porém o peso das diferenças é muito grande, o que tensiona o falante, de um lado, e a língua, de outro. É cada vez mais difícil manter como norma aquela recomendada pelos gramáticos; ao mesmo tempo, formas desse dialeto normativo idealizado são incorporadas pelos falantes nos seus textos escritos, em especial. É o que demonstram as pesquisas sobre a língua escrita ao longo da escolaridade.

PALAVRAS FINAIS Neste pequeno balanço sobre os processos de variação no português devem ter ficado claros alguns pontos:

1. Aparentemente, a julgar pelo que nos informam os pesquisadores portugueses, Portugal experimenta, já há algum tempo, uma certa estabilidade no que diz respeito às suas áreas dialetais. No entanto, a ausência de pesquisas nas regiões urbanas, com maior detalhamento tanto no processo lingüístico de variação quanto nas relações sociais envolvidas nesse processo, nos impede de avançar nessa questão. É

**É CADA VEZ
MAIS DIFÍCIL
MANTER COMO
NORMA AQUELA
RECOMENDADA
PELOS
GRAMÁTICOS**

como se a língua por lá estivesse congelada, num eterno processo de variação estável.

2. Nos outros países de língua portuguesa, a grande questão é como irão se comportar as línguas crioulas, especialmente naqueles em que o português é língua oficial. Ou tais línguas crioulas ampliam seus contextos de uso, aprofundando a situação de bilingüismo, que é o que parece ocorrer em Cabo Verde, ou são assimiladas pelo português, resultando, nesse caso, em um aprofundamento do processo de dialetação.

3. No caso do Brasil, tem havido um enorme esforço descritivo do português por aqui falado, sobretudo nos grandes centros urbanos. Desse retrato emerge tanto um português que está irremediavelmente separado do português de Portugal, quanto um português com alto grau de variação, em grande parte provocada pelo contato entre dialetos populares fruto de contatos entre o português e outras línguas, durante a formação do Brasil. Como o país está concentrado nos centros urbanos, o mais provável é que essas formas em variação sejam o veículo da expressão dos mais diversos grupos urbanos, ao mesmo tempo em que se assentam as características regionais, em função de processos de identidade sempre em curso.

Em resumo, o Brasil é palco de uma emocionante epopéia lingüística, da qual não temos uma consciência muito clara, porque é o tempo em que vivemos, e o tempo em que vivemos nunca é o tempo em que nos entendemos.

Emília Gozza Pagotto é professor adjunto da Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Língua e Literatura Vernáculas do Centro de Comunicação e Expressão.

NOTAS

1. Uma tal realização no Brasil é registrada em dialeto no estado do Mato Grosso do Sul, que tem palavras como chuva e chave iniciadas pela consoante africada [tt].
2. Mattos e Silva (1988) nos informa que um estudo de Cardozo (1986), a partir dos resultados dos mapas dialetológicos de Minas Gerais e da Bahia, teria confirmado a hipótese de Antenor Nascentes.
3. Faraco (1996) e Menon e Loregian-Penkak (2002) sobre os pronomes tu e você.
4. O leitor pode encontrar em Kato e Roberts (1993), Silva e Scherre (1996) e Martelotta, M. Votre, S. e Cezário, M.M. (1996), Tarallo, F. (1989), dentre outros, vários trabalhos mostrando processos de variação e mudança na gramática do português do Brasil.
5. Cardoso (1998) sobre o projeto de *Atlas Lingüístico do Brasil*.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- Cardoso, S. A. M. "O Atlas Lingüístico do Brasil: um projeto nacional". In Aquilera, V. de A. (org.) *A geolingüística no Brasil - caminhos e perspectivas*. Londrina, Editora da UEL.1998.
- Cintra, L.F.L. "Nova proposta de classificação dos dialetos galego-portugueses". *Boletim de Filologia*. T XXII, fasc. 1 e 2, p. 81-116. 1971.
- Faraco, C. A. "O tratamento você em português: uma abordagem histórica". In *Fragmenta*. Curitiba, v. 13, p.51-82. 1996.
- Ferreira, C. & Cardoso, S. A. *A dialetologia no Brasil*. São Paulo, Contexto. 1994.
- Martelotta, M.E., Votre, S. J. E Cezario, M.M. *Gramaticalização no português do Brasil - uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro. 1996.
- Mateus, M. et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. Coimbra, Livraria Almedina. 1983.
- Mattos e Silva, R. V. "Diversidade e unidade: a aventura lingüística do português". In *Revista ICALP*, volume 11 - março - 1988, p. 60-72; *Revista ICALP 1/13*, junho-setembro de 1988.
- Menon, O. P. & Loregian-Penkak "Variação no indivíduo e na comunidade: tu e você no sul do Brasil". In P. Vandresen (org.) *Variação e mudança no português falado da região Sul*. Pelotas, Educat.2002.
- Roberts, I. & Kato, M. (orgs.) *Português brasileiro - Uma viagem diacrônica*. Campinas, Ed. Unicamp.1993.
- Silva, G. M.O. & Scherre, M.M. *Padrões sociolingüísticos - Análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.1996.
- Scherre, M.M. "Re-análise da concordância de número no sintagma nominal em português". Rio de Janeiro, UFRJ, Tese de doutorado.1988.
- Tarallo, F. (org.) *Fotografias sociolingüísticas*. Campinas, Pontes/Ed.Unicamp.1989.
- Tarallo, F. & Alckmin, T. *Falares crioulos - Línguas em contato*. São Paulo, Ática. 1987.
- Tessyer, P. *História da língua portuguesa*. Lisboa, Sá da Costa (tradução de C.F. da Cunha) 1982.

SOBRE AS LÍNGUAS INDÍGENAS E SUA PESQUISA NO BRASIL

Aryon Dall'Igna Rodrigues

DIVERSIDADE E MULTIPLICIDADE LINGÜÍSTICA NO PASSADO A única estimativa de que dispomos sobre a diversidade das línguas indígenas existentes no Brasil há 500 anos, antes do início da colonização desta parte da América do Sul pelos europeus, é a que foi apresentada, em 1992, na Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (Rodrigues, 1993a, 1993b). Segundo essa estimativa, teria sido de cerca de 1,2 mil o número de diferentes línguas faladas em nosso atual território pelos povos indígenas. O ponto de partida para essa estimativa foi uma relação de 76 povos indígenas que se encontravam numa estreita faixa paralela à costa leste, desde o rio São Francisco, ao norte, até o Rio de Janeiro, ao sul, feita pelo padre jesuíta Fernão Cardim no século XVI (Cardim, 1978 [manuscrito de 1584]). Nessa lista, Cardim referiu-se explicitamente à identidade ou à diferença das línguas faladas por esses povos, deixando claro que, ao todo, se tratava de 65 línguas distintas entre si e distintas da língua dos índios da costa, que eram os tupinambás (que incluem os tupiniquins, caetés, potiguaras, ramoios etc.), com os quais os portugueses mantinham contacto. Como alguns nomes na lista estão claramente na língua dos tupinambás – a mesma que hoje também é chamada de tupi antigo e que no século XVII foi denominada *língua brasileira* – e os demais estão grafados à maneira como os jesuítas escreviam essa língua, pode-se supor que as fontes de informação tenham sido os índios tupinambás e que aquela enumeração representasse o conhecimento destes sobre seus vizinhos mais imediatos. Ela deve ser bastante representativa para a área coberta, embora possa não ser exaustiva.

Apesar da grande diversidade de povos nativos no interior mais imediato à costa atlântica, uma característica da colonização europeia do Brasil, não só da portuguesa, mas também das tentativas francesas, foi a de privilegiar o conhecimento do idioma dos tupinambás que era, como já no fim do século XVI foi consignado no título da gramática feita por José de Anchieta, “a língua mais usada na costa do Brasil” (Anchieta, 1595). Para a comunicação com os outros povos recorria-se a intérpretes indígenas. Uma consequência dessa situação é que, durante os três séculos do período colonial fizeram-se gramáticas e dicionários de somente três línguas indígenas: do próprio tupinambá, de que foram feitas duas (Anchieta, 1595, e Figueira, 1621), da língua kirirí (Mamiani, 1699) e da língua dos maramonins ou guarulhos. Desta última, elaborada pelo Padre Manuel Viegas com o auxílio do Padre Anchieta, estão, entretanto, perdidos todos os manuscritos (gramática, vocabulário e catecismo). As gramáticas do tupinambá e do kirirí foram publicadas nos séculos XVI e XVII e, assim, sobreviveram e puderam ser reproduzidas em novas edições (a de Figueira já no século XVII, as de Anchieta e Mamiani

só no século XIX), mas a de Viegas não foi publicada e se perdeu, assim como seus outros trabalhos sobre a língua. Também não foi publicado o dicionário da língua tupinambá, mas deste foram felizmente preservadas umas poucas cópias manuscritas, uma delas datada de 1621. Também o manuscrito do dicionário do kirirí, feito por um padre de nome João de Barros, até hoje não foi encontrado, da mesma forma como ainda não se tem notícia sobre a possível sobrevivência de manuscritos de gramática e dicionário dos capuchinhos franceses que atuaram no fim do século XVII e no início do XVIII no rio São Francisco, junto a um povo estreitamente aparentado aos kirirís, o povo dzubukuá, em cuja língua Frei Bernardo de Nantes publicou um catecismo (Nantes, 1709).

DIVERSIDADE E MULTIPLICIDADE LINGÜÍSTICA NO PRESENTE Presentemente, são faladas no Brasil 181 línguas indígenas. Esse número admite pequena margem de erro para mais ou para menos, devido principalmente à imprecisão, em alguns casos, da distinção entre línguas e dialetos (estes são variedades de uma língua tão pouco diferenciadas, que não dificultam a comunicação entre seus respectivos falantes). Nesse número podem estar incluídas duas ou três línguas que deixaram de ser faladas nos últimos cinco anos. Por outro lado, o Departamento de Índios Isolados da Funai, que monitora as informações sobre a existência de povos indígenas ainda sem contacto aberto com segmentos da nossa sociedade, admite que são perto de 20 os grupos de pessoas nessa situação. Alguns desses grupos podem falar línguas compartilhadas com outros já conhecidos, mas vários deles podem ser detentores de idiomas ainda desconhecidos. A classificação científica das línguas é de natureza genética: incluem-se em uma mesma classe línguas para as quais há evidências de serem provenientes de uma mesma língua ancestral, analogamente à situação das línguas românicas ou latinas, que provêm do latim falado na Europa ocidental há cerca de 2.000 anos. Um conjunto de línguas que compartilham assim a mesma origem é o que tecnicamente se chama uma *família lingüística*. Na medida em que progride o seu conhecimento, as línguas indígenas brasileiras vêm sendo classificadas em famílias genéticas. Presentemente são distinguidas 43 famílias, algumas das quais consistem em uma só língua e caracterizam o que também se chama de “língua isolada”, termo pouco significativo, uma vez que freqüentemente esse isolamento decorre de acidentes históricos e, no caso das línguas do Brasil, mais provavelmente do processo colonizador, que exterminou os povos que falavam outras línguas de uma mesma família. De algumas famílias, embora haja documentação dos séculos passados que permite determiná-las ao menos aproximadamente, já morreram todas as línguas e, portanto, a própria família está morta. Esse é o caso de várias famílias lingüísticas do Brasil oriental, como a karirí, a kamakã e a purí. Por outro lado, entre algumas famílias têm sido reconhecidas propriedades comuns de natureza tal que só podem ser explicadas por uma origem comum mais remota do que as que justificaram a constituição de cada família. Nesse caso postula-se uma classe genética mais abrangente e de maior profundidade temporal, o *tronco lingüístico*. No Brasil reconhece-se um tronco bem estabelecido, o tupi, que compreende dez famílias, e outro de caráter ainda bastante hipoté-

tico, o macro-jê, abrangendo doze famílias. No quadro 1 figuram as famílias linguísticas segundo o estado atual do conhecimento, com as respectivas línguas, as siglas dos estados em que estas são faladas e o número de falantes.

A PERDA DA DIVERSIDADE A redução de 1200 para 180 línguas indígenas nos últimos 500 anos foi o efeito de um processo colonizador extremamente violento e continuado, o qual ainda perdura, não tendo sido interrompido nem com a independência política do país no início do século XIX, nem com a instauração do regime republicano no final desse mesmo século, nem ainda com a promulgação da "Constituição Cidadã" de 1988. Embora esta tenha sido a primeira carta magna a reconhecer direitos fundamentais dos povos indígenas, inclusive direitos linguísticos, as relações entre a sociedade majoritária e as minorias indígenas pouco mudou. Graças à Constituição em vigor está havendo diversos desenvolvimentos importantes para muitas dessas minorias em vários planos, inclusive no acesso a projetos de educação mais específicos e com consideração de suas línguas nativas. Entretanto, ainda são grandes a hostilidade e a violência, alimentadas não só por ambições de natureza econômica, mas também pela desinformação sobre a diversidade cultural do país, sobre a importância dessa diversidade para a nação e para a humanidade e sobre os direitos fundamentais das minorias. Os dados demográficos apresentados no quadro 1 têm diferentes graus de precisão. Alguns são exagerados para mais, outros para menos, em geral para mais, pois grande parte deles se refere à população e não ao número de falantes da língua indígena, que em muitos casos é inferior. Assim mesmo esses dados são reveladores da situação extremamente grave em que se encontra a maioria das línguas indígenas. No plano mundial tem-se considerado que hoje qualquer língua falada por menos de 100 mil pessoas tem sua sobrevivência ameaçada e necessita de especial atenção. Todas as línguas indígenas no Brasil têm menos de 40 mil falantes, sendo que a mais forte, a tükúna, falada no alto Solimões, apenas ultrapassa a marca de 30 mil. O aspecto mais grave está, porém, no outro lado do espectro demográfico, nas línguas infimamente minoritárias, com populações que não vão além de 1 mil pessoas. Essa é a situação de três quartos (76%) das nossas línguas indígenas e significa que é tarefa de alta prioridade e urgência a pesquisa científica que visa à documentação, análise, classificação e interpretação teórica dessas línguas, que em sua grande maioria só existem aqui. Igualmente prioritária é a promoção de ações que visem a assegurar aos povos indígenas as condições necessárias para continuar transmitindo suas línguas às novas gerações.

A DOCUMENTAÇÃO CIENTÍFICA As línguas são objetos fugidios, cujas manifestações faladas são momentâneas e se sucedem em alta velocidade, de modo que sua observação e sua análise científica dependem normalmente de uma fixação. Esta é obtida mediante a escrita, que se desenvolve primeiramente como fiel transcrição fonética dos enunciados ouvidos pelo pesquisador, freqüentemente gravados eletronicamente para poderem ser repetidos com precisão, e progride para uma representação fonológica mais abstrata, que permite registrar com fidelidade os dados relevantes para a análise gramatical e a

interpretação semântica. O lingüista treinado para efetuar essas operações tem de ter acesso a falantes nativos da língua e, para línguas ainda desconhecidas, esse é um processo que demanda, em condições boas de pesquisa, quatro ou mais anos para produzir uma boa descrição gramatical e um dicionário com registro amplo do vocabulário que cubra todos os domínios semânticos relevantes da cultura nativa. Para documentar adequadamente a língua de um povo culturalmente tão diferente quanto os índios, o lingüista precisa de uma percepção etnológica, razão por que sua pesquisa é também denominada etnolingüística.

Devido ao grande número de línguas faladas pelos povos indígenas do Brasil e à grave ameaça de desaparecimento que incide sobre a maioria delas, sua documentação científica requer grande número de pesquisadores em condições favoráveis de dedicação continuada. Em 1987, quando só uma universidade brasileira, a Unicamp, estava formando pesquisadores para trabalhar com línguas indígenas, foi criado no CNPq, como programa especial, o PPCLIB - Programa de Pesquisa Científica das Línguas Indígenas Brasileiras, destinado a fomentar tanto a pesquisa como a formação de pesquisadores. Não foi destinada nenhuma verba específica para esse fim, mas foi adotada uma política de preferência a projetos que se enquadrassem nas prioridades definidas pelo programa. Também foi obtida a colaboração da Finep, que se dispôs a apoiar ajustes de instalações. Deste apoio só pôde beneficiar-se uma instituição, já que outras não o solicitaram, ou não puderam satisfazer as condições mínimas da Finep. Entretanto, com o apoio do CNPq foi possível motivar alguns programas de pós-graduação em letras a abrirem espaço para pesquisas sobre línguas indígenas, além do programa de lingüística da Unicamp: UFG, UFPE, UFRJ, UFSC, UnB. Além de bolsas concedidas a alunos dessas universidades, principalmente em nível de mestrado, foi possível também outorgar bolsas para o doutorado no exterior, tanto nos Estados Unidos, como na Europa. Durante o governo Collor foram cancelados os programas especiais, inclusive o PPCLIB, mas felizmente a área de Ciências Humanas manteve informalmente as definições de prioridade para bolsas e auxílios na área de línguas indígenas. Assim, novos estudantes continuaram recebendo apoio do CNPq para investigar essas línguas. O clima criado pelo PPCLIB estimulou também apoio de algumas fundações estaduais, como a Faperj e a Fapesp.

A FORMAÇÃO DOS PESQUISADORES Entretanto, o número de pesquisadores é ainda muito pequeno, e isso não se deve ao CNPq, mas a outros fatores. Dentre os mais fortes cabe mencionar a organização das universidades brasileiras e a posição que tem nelas a lingüística. No nível de graduação a lingüística é ensinada nos cursos profissionalizantes de licenciatura em Letras, destinados basicamente à formação de professores para o ensino médio, e na maioria dos currículos seu papel é apenas ancilar. No nível de pós-graduação, poucas universidades têm programas específicos de lingüística, pois a maioria dos programas são projeções mais avançadas dos cursos de graduação, são programas simplesmente "de letras". Isto reflete em boa parte a organização departamental das faculdades de letras, das quais muito poucas têm departamen-

LÍNGUAS DO BRASIL / ARTIGOS

QUADRO DAS LÍNGUAS INDÍGENAS AINDA FALADAS NO BRASIL

Famílias e línguas indígenas do Brasil | Localidade | nº de falantes

- Aikanã**
Aikanã, RO, 264
- Arawá**
Banawa, AM, 215; Deni, AM, 736; Jamaradjí (Kanamantí), AM, 800; Jarawára, AM, 160; Kulína (Madiná), AC e AM, 2318; Paumarí, AM, 870; Zuruahá, AM, 143
- Arikém**, tronco Tupi
Karijána, RO, 206
- Aruák**
Apuriná (Ipuriná), AC e AM, 2779; Baniwa do Içana, AM, 5141; Baré, AM, 0; Kámpa (Axárinka), AC e AM, 813; Kuripáko, AM, 1.115; Maxnen (Mancheni), AM, 459; Mehináku (Meinacó), MT, 199; Palikúr, AP, 918; Paresi, MT, 1.293; Salumá (Enawené-nawé), MT, 320; Tariána, AM, 55; Teréna, MS e SP, 15.795; Wapixána, RR, 6.500; Warekêna, AM, 491; Waurá, MT, 321; Yawalapití, MT, 208
- Awetí**, tronco Tupi
Awetí, MT, 138
- Bora**
Mhanha, AM, 613
- Bororo**, tronco Macro-Jê
Bororo, MT, 300; Umutina, MT, 0
- Chiquito**
Chiquito (Chiquitano), MT, 2.000
- Guaikurú**
Kadiwêu, MS, 1.592
- Guatô**, tronco Macro-Jê
Guatô, MS, 57
- Irãntxe**
Irãntxe, MT, 326; Mynký (Münkú, Menky), MT, 78
- Jabuti**
Ankapú, RO, 19; Jabuti (Jeorombú), RO, 123
- Jê**, tronco Macro-Jê
Kaingang, PR, SC, SP e RS, 25.000; Kayapo (Mebengokré), MT e PA, 8.148; Panará, MT e PA, 202; Suyá, MT, 334; Tapayuna, MT, 58; Tembira, MA, PA e TO, 4.445; Xavante, MT, 9.602; Xerente, TO, 1.814; Xokleng, SQ, 757
- Jurúna**, tronco Tupi
Jurúna (Yudja), MT, 278; Xipáya, PA, 2
- Kanoé**
Kanoé, RO, 6
- Karajá**, tronco Macro-Jê
Javae, TO, 919; Karajá, GO e TO, 2.500; Xambioá, TO, 185
- Karib**
Arara do Xingu (Ukarangmá), PA, 195; Bakairi, MT, 950; Galibi (Kariña), AP, 28; Hidakaryána, AM, 3087; Ikpéng (Txiáko), MT, 319; Ingarikó, RR, 675; Kalapalo, MT, 415; Kapóng (Patamóna), 50; Kaxuyana, PA, 69; Kuikúru, MT, 417; Makuxi, RR, 16.500; Matipú, MT, 119; Nahukwá, MT, 105; Taulipáng (Taurepá, Pemong), RR, 532; Tinioy (Tinió), PA, 735; Waimiri (Waimiri-Atroari), AM, 931; Waiwái, AM e RO, 2.020; Wayána, PA, 415; Yekuána (Mayongong), RR, 426
- Katukína**
Kanamari, AM, 1327; Katawixi, AM, ?; Katukína, AM, 289; Txunhuá-djapá (Tsohom-djapá), AM, 100
- Kokáma** (Omáguá, Cambeba),
língua mista, AM.
- Krenák**
Krenák (Botocudo), MG, 6
- Kwazá**
Kwaza (Kwaya, Coaiá), RO, 25
- Máku**
Máku, RR, 1
- Makú**
Dáw (Kamá), AM, 83; Hüpda, AM, 1.4317; Nadéb, AM, 4807; Yuhúp, AM, 400

Famílias e línguas indígenas do Brasil | Localidade | nº de falantes

- Maxakali**, tronco Macro-Jê
Maxakali, MG, 802
- Mawé**, tronco Tupi
Mawé (Saleré), AM e PA, 7.134
- Mondé**, tronco Tupi
Arara do Beiradão ou do Aripuanã, MT, 57; Arará, RO, 58; Cinta Larga, MT e RO, 1.900; Gavião (Ikôro, Digüt), RO, 436; Mondé, RO, Paitêr (Suruí de Rondônia), RO, 920; Zoró, MT e RO, 414
- Mundurukú**, tronco Tupi
Kuruáya, PA, 5; Mundurukú, AM e PA, 7.500
- Múra**
Múra, AM, ?; Ricatá, AM, 360
- Nambikwára**
Lakondê, RO, 1; Latundá, RO, 20; Mamatndé, MT, 103; Nambikwára do Sul, MT, 663; Sabané, RO, 15
- Ofayé**
Ofayé (Opayé, Ofayé-Xavante), MS, 57
- Páno**
Amawáka, AM, 2207; Katukína, AC e AM, 318; Kaxaran, AM e RO, 269; Kaxinawa, AC, 3964; Korúbo, AM, 250; Kulino (Kulina), AM, 20; Marúbo, AM, 1.043; Matsés, AM, 829; Nukini, AC, 458; Poyanawa, AC, 403; Xawanawa (Arara), AC, 200; Yamináwa, AC, 618; Yawanawa, AC, 450
- Puruborá**, tronco Tupi
Puruborá, RO, 2
- Ramaráma**, tronco Tupi
Káro, RO, 184
- Rikbak**, tronco Macro-Jê
Rikbak (Rikbaksá, Canoeiro), MT, 909
- Samuko**
Chamacoco, MS, 40
- Tikúna**
Tikúna (Tukúna), AM, 32.613
- Trumái**
Trumái, MT, 120
- Tukáno**
Arapáso, AM, 328; Bará, AM, 39; Barasána, AM, 61; Desána, AM, 1.531; Junú, AM, 35; Karapaná, AM, 42; Kubéwa, AM, 287; Mirili-Tapúya, AM, 95; Pirá-Tapúya, AM, 1.004; Siriana, AM, 17; Tuyúka, AM, 593; Wanána, AM, 447
- Tupari**, tronco Tupi
Akuntsú, RO, 6; Kepkinwát, RO, 0; Makuráp, RO, 2.67; Sakirabiá (Mequém, Mequéns), RO, 66; Tupari, RO, 338; Wayoré (Ajurú), RO, 15
- Tupi-Guarani**, tronco Tupi
Amoqdáwa, RO, 83; Anambé, PA, 2; Apiaká, MT, 2; Araweté, PA, 278; Asuní do Tocantins (Akwáwa), PA, 303; Asuní do Xingu (Awaeté), PA, 106; Aupé-Aurá, MA, 2; Avá-Canoeiro, GO, TO, 16; Diahói (Diarói), AM, 50; Guajá, MA, 280; Guajajára, MA, 13.100; Guarani (Kaiwá, Mbyá, Nhandéva), ES, MS, PR, RJ, RS, SC e SP, 30.000; Juma, AM, 7; Ka'apór (Urubu), MA, 800; Kamayurá, MT, 355; Kariúna, RO, 1; Kayabi, MT, 1.000; Língua Geral Amazônica (Nheengatu), AM, 3.000; Parakaná, PA, 800; Parintinón, AM, 156; Suruí do Tocantins (Murjetre, Akewára), PA, 185; Tapirapé, MT, 438; Tembê, PA, 820; Tenharim, AM, 585; Unewawau, RO, 87; Wayampi, AP, 525; Xetá, PR, 3; Zo'é (Jo'é, Puturú), PA, 152
- Tzapakúra**
Kujubim, RO, 27; Crowin (Oro Win), RO, 50; Torá, AM, 51; Unupá, RO, 150; Warí (Pakaanóva), RO, 1.930
- Yanomámi**
Yanomami (Ninám, Sanumá, Yanomám, Yanomámi), RR, 11.000
- Yatê**, tronco Macro-Jê
Yatê (Camijó, Fulnió), PE, 2.930

tos de lingüística. E mesmo estes, onde existem, são compelidos a preocupar-se maximamente com a formação de professores para a língua majoritária, a portuguesa, e suas expressões literárias. Uma outra característica desfavorável da atual organização universitária é a compartimentação estanque dos departamentos e dos cursos, não só na graduação, mas também na pós-graduação. Em geral não existe espaço para currículos diferenciados e interdisciplinares. Um estudante de lingüística não pode integrar em seu currículo os créditos que necessita de antropologia ou de sociologia ou de estatística ou de história ou de informática, etc. Um orientador não pode dirigir o estudante para a integração de conhecimentos complementares, porque os requisitos dos cursos são estreitamente limitadores. Na pós-graduação, onde deveria haver mais flexibilidade, a imposição, pela agência reguladora do Ministério da Educação, de prazos mínimos rígidos com a previsão de penalidade aos cursos que os deixem ultrapassar, somada à exigência de estágio docente dentro desses mínimos, desestimula, se não impossibilita, a realização do trabalho de campo lingüístico que pode demandar um esforço e um tempo que não são levados em conta pelos avaliadores ministeriais.

Somando professores e estudantes, temos hoje no Brasil perto de uma centena de pessoas envolvidas em pesquisa de línguas indígenas, a maioria ainda estudantes, mas cerca de quarenta doutores. Com o apoio da Associação Nacional de Programas de Pesquisa e Pós-Graduação em Letras e Lingüística (Anpoll), veio consolidando-se, desde 1985, um Grupo de Trabalho sobre Línguas Indígenas (GTLI), o qual promoveu, em 2001, o primeiro encontro internacional, ao qual compareceram 90 pesquisadores, dos quais 12 estrangeiros (Cabral e Rodrigues, 2002). Dos brasileiros, 23 eram doutores e os demais, estudantes de graduação e pós-graduação. Destes últimos, alguns já concluíram o doutorado nos últimos dois anos, no Brasil ou no exterior, alguns destes ainda como reflexos do PPCLIB.

CONCLUINDO Embora, como se depreende deste histórico, o número de pesquisadores venha crescendo, esse crescimento não se correlaciona diretamente com a cobertura das necessidades mais urgentes da pesquisa das línguas indígenas. Os trabalhos realizados são em grande parte fragmentários, associados a dissertações de mestrado, sem que tenha havido oportunidade, para os respectivos autores, de dar continuidade à pesquisa. Também projetos de maior fôlego têm ficado inconclusos, ou passaram a alongar-se excessivamente, devido a contingências profissionais e outras, inclusive às dificuldades de financiamento. Certamente, dez anos após a desativação do PPCLIB, torna-se necessário pensar em novo programa especial de fomento à documentação, análise e descrição das línguas indígenas, que, por um lado, contemple não só o estímulo para o ingresso de novos pesquisadores nessa área, mas também a sustentabilidade dos bons projetos dentro de prazos razoáveis, em conjugação com as atividades de pós-graduação e com a necessidade de coordenar a pesquisa lingüística com o apoio a projetos de revitalização e promoção do uso das línguas nativas nas comunidades indígenas.

Aryon Dall'Igna Rodrigues foi professor titular do Departamento de Lingüística da Unicamp e professor do Laboratório de Línguas Indígenas da UnB; sócio fundador da Associação Brasileira de Lingüística (Abralín); e pesquisador IA do CNPq.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- Anchieta, J. de. (1595). *Arte de grammatica da língua mais usada na costa do Brasil*. Coimbra.
- Nantes, Bernardo de. (1709). *Katecismo indico da língua Kariris*. Lisboa.
- Cabral, A. S. A. C., e A. D. Rodrigues. *Línguas indígenas brasileiras: fonologia, gramática e história*. Atas do I Encontro Internacional do Grupo de Trabalho sobre Línguas Indígenas da Anpoll. 2 volumes. Belém: Edufba, 2002.
- Cardim, F. *Tratados da terra e gente do Brasil*. 3ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional/MEC, 1978.
- Mamiani, L. V. (1699). *Arte de grammatica da língua brasileira da nação Kiriri*. Lisboa.
- Rodrigues, A. D. "Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas" *D.E.L.T.A.* 9:1:83-103. São Paulo, 1993a.
- Rodrigues, A. D. "Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas" *Ciência e Cultura* 95:20-26, 1993b.

AS FORMAS DE EXPRESSÃO NA "LÍNGUA" AFRICANA DO CAFUNDÓ*

Carlos Vogt
Peter Fry

O Cafundó é um bairro rural situado no município de Salto de Pirapora. Está a doze quilômetros dessa cidade, a trinta de Sorocaba e a não mais de cento e cinquenta quilômetros de São Paulo. Sua população, predominantemente negra, divide-se

em duas parentelas: a dos Almeida Caetano e a dos Pires Pedroso (1). Cerca de oitenta pessoas vivem no bairro. Destas, apenas nove detêm o título de proprietários legais dos 7,75 alqueires de terra que constituem a extensão do Cafundó. São, conforme voz corrente na comunidade, terras doadas a dois ancestrais escravos de seus habitantes atuais pelo antigo senhor e fazendeiro, pouco antes da Abolição, em 1888. A doação feita às duas irmãs – Ifigênia e Antônia, que estão na origem das duas parentelas – teria sido muito maior. A especulação imobiliária, a ambição dos fazendeiros circunvizinhos e a falta de documentação legal por parte de seus legítimos donos foram encolhendo a propriedade para as proporções que hoje tem. Nela, seus moradores plantam milho, feijão e mandioca principalmente. Nela, criam galinhas e porcos. Tudo em pequena escala, apenas para atender parte de suas necessidades de subsistência. Fora dela, trabalham como diaristas, bóias-frias e, às vezes, no caso das mulheres, como empregadas domésticas. Assim, participam de uma economia de mercado. Sua língua materna é o português, uma variação regional que sob muitos aspectos poderia ser identificada ao chamado dialeto caipira, tal como o apresenta, por exemplo, Amadeu Amaral (1976). Usam, além disso, um léxico de origem banto, quimbundo principalmente, cujo papel social é, sobretudo, de representá-los como africanos no Brasil.

Em relação aos usos que ainda se fazem de vocabulários africanos no Brasil, a "língua" do Cafundó mostra um aspecto ativo que esses outros usos, em geral muito cerimoniais, não oferecem. A "língua" do Cafundó é utilizada em situações sociais mais ou menos corriqueiras, de forma que o seu emprego independe de um calendário de festas ou comemorações. A pergunta que imediatamente o leitor deverá estar se fazendo é de que modo, com o vocabulário tão limitado, é possível ser efetivamente ativo nessa língua? O que imediatamente sobressai quando se ouve o pessoal do Cafundó falando "africano" é que as estruturas gramaticais que sistematizam o uso do vocabulário, dando-lhe uma certa consistência de emprego, são estruturas tomadas emprestadas do português.

Os quinze verbos que integram o vocabulário são todos morfologicamente marcados pela desinência da primeira conjugação, e são flexionados tanto nas formas normais como nas formas propriamente

verbais segundo o paradigma dessa conjugação. Além disso, onze dos quinze verbos incorporam no seu radical a forma nominal - *cu* - que aparece de modo geral nas línguas da família banto.

Do ponto de vista sintático propriamente dito, esse aportuguesamento se manifesta de várias formas. Transcrevemos abaixo alguns exemplos de frases do Cafundó em que as palavras e os morfemas grafados pertencem ao português:

1. *Vimbundo está cupopiando no injô do tata.*
O homem preto está falando na casa do pai.
2. *O nhamanhara cuendou para cuçumbar a cupópia.*
O homem andou para ouvir a conversa.
3. *O cafombe cuendou da ambara para cunuar avero com nhapecava.*
O homem branco veio da cidade para beber café com leite.

As variações de tempo na "língua" do Cafundó reduzem-se às formas do pretérito perfeito, do presente e do futuro do indicativo. As duas primeiras recebem as marcas morfológicas características do pretérito perfeito e do presente próprias da primeira conjugação. O futuro é expresso através de uma forma perifrástica, formada pelo auxiliar *ir* mais o gerúndio do verbo principal. Outra ocorrência que ainda se verifica no Cafundó é o uso desse esquema para expressar também o presente contínuo. Neste caso, o auxiliar é *estar* e o verbo principal aparece também na forma do gerúndio. As expressões abaixo constituem exemplo desses procedimentos:

4. *Nhamanhara cuendou no ngombe do andaru.*
O homem foi de carro.
5. *Curimei vavuro.*
Trabalhei muito.
6. *O médico é o que cuçumba o maiembe.*
O médico é aquele que receita o remédio.
7. *O delegado fica bravo e cuenda ele pro chitungo.*
O delegado fica bravo e o leva para a cadeia.
8. *No quilombo que vai cuendar.*
No dia que vai vir (amanhã).
9. *Hoje eu vou cuçumbar o mambi no orofim.*
Hoje eu vou passar o machado no mato (cortar lenha).
10. *Anguru está cuendendo mafingue.*
A mulher está vertendo sangue (menstruada).
11. *Vimbundo está cupopiando na marrupa.*
O homem preto está falando no sono (está sonhando).

Outras formas parafrásticas também são utilizadas. Assim, o pretérito perfeito do verbo *ir* (auxiliar) mais o infinitivo do verbo principal:

12. *Eu fui cuendar.*
Eu fui ir (eu fui).
13. *Ele foi cuendar orofim lá no sengue.*
Ele foi buscar lenha lá no mato.

Uma variação do presente contínuo é aquela em que o verbo auxiliar aparece no imperfeito:

14. *O cumbe já estava cuendendo.*
Osol já estava indo (se pondo).

Quanto à variação de pessoa, as formas verbais em geral aparecem sistematicamente na distinção de primeira e terceira pessoas do singular, estendidas quando necessário para a expressão das demais pessoas. Todos esses fatos, aqui apresentados de maneira puramente exemplificadora, são, quanto às características gramaticais que os distinguem, próprios não apenas da "língua africana" do Cafundó, mas mais genericamente do português falado na região. Nas gravações que fizemos, os dois verbos mais utilizados e com maior abrangência de significações são em primeiro lugar o verbo *cuendar* e, em segundo lugar, o verbo *coçumbar*. As formas perifrásticas com *ir* e *estar* são também muito frequentes.

Apesar do léxico extremamente limitado, o sistema do Cafundó é vivo e produtivo. Do ponto de vista estritamente lexical, observa-se de fato uma constante expansão do vocabulário através do uso de expressões formadas por processos metafóricos e analógicos. Essa expansão se dá em geral através do uso de palavras do léxico africano, que concorrem para a formação de novas expressões cuja estrutura gramatical é, grosso modo, a de nome + preposição + nome. Para expressar um novo significado, parte-se de um nome e particulariza-se, através do genitivo português, gramaticalmente falando, um novo significado.

15. *tenhora da mucanda*
enxada da escrita (caneta)
16. *cambererá do vava*
carne da água (peixe)
17. *mutombo do injequê*
mandioca do saco (amendoim)
18. *injô da marrupa*
casa do sono (quarto)
19. *ngombe do andaru*
boi de fogo (carro)
20. *nanga do visô*
roupa dos olhos (óculos)
21. *injequê do vava*
saco de água (nuvem)
22. *obiquanga do avero*
tijolo de leite (queijo)
23. *obiquanga do vava*
tijolo de água (sabonete)
24. *sanje do téqui*
frango da noite (morcego)
25. *obiquanga do pepa*
tijolo de farinha (pão)
26. *obiquanga do ture*
tijolo de terra (tijolo)
27. *injequê do andaru*
saco de fogo (panela)
28. *injequê do variar*
saco de comida (panela)
29. *coçumbador do cupópia*

fazedor de fala (língua)

30. *pepa da cuiipa*
pó de matar (veneno em pó)
31. *vava do cuiipa*
água de matar (veneno líquido)

Em outras expressões além do esquema gramatical do português, um dos itens lexicais é também tirado dessa língua como, por exemplo, em:

32. *respeito do ngombe*
respeito do boi (arame farpado)
33. *chamar no quinamba*
chamar na perna (levantar e ir embora)

Em (33) aparece a preposição *em*, que é também muito frequente como recurso formador de expressões e de novas significações na "língua africana" do Cafundó. Assim, por exemplo:

34. *tata vavuro no godema*
homem forte no braço
35. *tata vavuro no orongombi*
homem forte no dinheiro (rico)
36. *tata nâni no orongombi*
homem fraco no dinheiro (pobre)
37. *no quilombo que vai cuendar*
amanhã
38. *no quilombo que já cuendou*
ontem
39. *nâni de coçumbar no quinamba*
usar pouco a perna (perto)

Além desse fenômeno de expansão, a limitação do vocabulário está na base de um outro fenômeno característico da "língua africana" que é o da homonímia bastante generalizada. Além dos verbos que têm significação muito variada, principalmente *cuendar* e *coçumbar*, outros itens lexicais apresentam também mais de uma significação, em geral determinada ou pelo contexto mais amplo do uso, ou pelos mecanismos de qualificação dos quais o genitivo é o principal. Assim, *caméria* significa 'rosto', 'lábio' e 'boca'; *mutombo* significa '-mandioca', 'cabeça'; *godema* significa 'braço', 'mão', 'dedo' e '-medida'; *nâni* significa 'não', 'perto', 'pouco', 'fraco', 'magro', 'baixo', 'quase', 'menos' e, em geral, tudo que é negativo. Por outro lado, *vavuro* significa 'sim', 'longe', 'muito', 'forte', 'gordo', 'alto', 'mais' e, em geral, tudo que é positivo. *Nâni* e *vavuro*, além de servirem para reforçar a negação e a afirmação respectivamente, são usados como elementos que exprimem a restrição e a ampliação do que se está dizendo. Assim, na expressão

40. *cumbe nâni do téqui*

que significa 'lua nova', o morfema *nâni*, embora invariável quanto ao gênero e ao número, parecendo ser dessa forma advérbio, fun-

LÍNGUAS DO BRASIL/ARTIGOS

ciona como um adjetivo. A tradução literal de (40) seria 'sol pequeno da noite'; a tradução literal de

41. *cumbe vavuro do réqui*

seria 'sol grande da noite', isto é, 'lua cheia'. Outras vezes, através de mecanismos de restrição, como por exemplo em

42. *nhamenhara curima nâni*

cujos sentidos literais são 'o homem trabalha pouco', o que se expressa é uma negação, ou seja, 'o homem não trabalha'. Para dizer algo de positivo ou de negativo, muitas vezes basta usar *vavuro* ou *nâni* depois de um nome. Em

43. *palulé vavuro*

e em

44. *palulé nâni*

o sentido é respectivamente 'sapato bom' e 'sapato ruim'. O uso de *vavuro* e de *nâni* permite também fazer uma outra observação sobre a concordância de gênero na "língua" do Cafundó. Já dissemos que *vavuro* e *nâni* mesmo quando usados como adjetivos, são invariáveis. Em muitas expressões há contudo concordância de gênero, concordância esta calcada sobre o gênero da palavra que dá em português o significado da expressão na "língua" do Cafundó. É o que ocorre em *mutombo do injequê, tenhora da mucanda, obiquanga do avero*. Não é o que ocorre em expressões como *sânji do réqui, obiquanga do pepa e injô da marrupa*. Os mecanismos de concordância de gênero tendem a obedecer aos padrões do português, embora o que se possa de fato dizer é que eles são bastante aleatórios e que isto talvez tenha a ver com a confluência de dois tipos diferentes de língua na "língua africana" do Cafundó: uma opera a concordância através de prefixos classificatórios (banto) e a outra através de sufixos de 'masculino' e 'feminino', com variações de singular e plural (português).

Algumas vezes os processos metafóricos de expressão são mais sofisticados, como por exemplo na expressão

45. *o que cuenda vavuro no visô* o que anda muito nos olhos

que tanto pode se referir a uma região montanhosa como a um dia claro. A metáfora, como se vê, é constituída sobre a possibilidade de se enxergar à distância. Neste sentido, associa elementos de altura e de luz. Figuras por associação de utilidade, de contiguidade, de funcionalidade, de localização, construídas sobre o universo da experiência do meio rural são também comuns. Assim, a palavra *chipoquê* significa 'feijão' e a expressão para 'garganta' é

46. *o que cuenda o chipoquê* o que anda o feijão (o que engole o feijão).

Neste caso poder-se-ia falar mais apropriadamente de processos metonímicos de expansão do léxico. Sem sombra de dúvida é um processo desse tipo que permite, a partir da palavra *chipoquê* estender o significado de feijão para a palavra *chipocu* e com ela significar 'ânus'. A explicação de Otávio Caetano, já falecido e líder na época dos Almeida Caetano, para essa palavra descreve a metonímia de que estamos falando. Segundo ele, *chipocu* significa 'ânus' porque "ele toma conta do feijão, porque o feijão sai por ali". Da mesma forma, a palavra *arambuá* significa 'cão' e, metonimicamente, 'rabo', ou vice-versa. Mas a extensão aqui vai mais longe. Quando perguntamos aos Almeida Caetano como era 'nádegas' na "língua", eles nos disseram a mesma palavra *arambuá*, e Otávio se apressou em dar um exemplo:

47. *cuendar o godema no arambuá do camanaco* andar o braço no traseiro do menino (bater na bunda)

Mais uma vez, Otávio se encarregou de explicitar o mecanismo: "Arambuá é bunda porque é a maneira que um cachorro carrega para trás. Ele carrega para trás, né? Daí fica cachorro. Vavuro assim de bunda, daí tratam ela o cachorrão, quando é grande".

A sintaxe dessa "língua" procede na maior parte das vezes por simples justaposição de palavras invariáveis. Assim:

48. *Nhamanhara nâni de angusto* homem sem mulher (solteiro)

49. *Angusto nâni de nhamanhara* mulher sem homem (solteira).

Esse procedimento, aliado ao recurso constante a figuras de linguagem como a metáfora e a metonímia, torna muitas vezes difícil acompanhar o que é que os moradores do Cafundó estão dizendo, mesmo quando já se conhece o vocabulário e os mecanismos estruturais de sua expansão. É verdade que em várias ocasiões tivemos a impressão de que, falando entre si, eles também não se compreendiam e o uso da língua parecia ser, nessas ocasiões, um exercício lúdico para divertir o pesquisador ou para que eles se divertissem com o pesquisador. Mas o mais provável é que, dadas as características apontadas para essa língua como homonímia, significações metafóricas, eles mesmos tenham dificuldades de detectar imediatamente as intenções do falante e os contextos que permitiriam descodificar adequadamente o que ele pretende dizer. Sempre se chega a esses contextos, não sem passar por uma grande variedade de circunlóquios que dão a impressão de uma verdadeira ciranda de obséquios e de comportamentos rituais ligados às formas de representação de sua "africanidade" e de sua "brasileiridade" pela linguagem.

Carlos Vogt é professor titular de semântica do Departamento de Linguística, e coordenador do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor) da Unicamp; é presidente da Fapesp e vice-presidente da SBPC.

Peter Fry é professor titular de antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. Foi também professor de antropologia da Unicamp.

* Este artigo é uma refusão de parte de capítulos do livro *Cafundó – a África no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 1996, de nossa autoria.

NOTA

1. O termo "parentela" traduz a expressão e o conceito em inglês *descending kindred*, de acordo com o trabalho de Freeman (1961). Refere-se a um grupo corporativo (*corporate group*), no qual a inclusão dos membros depende, em primeiro lugar, de sua descendência do antepassado fundador (neste caso, Joaquim Congo) e também do fato de seus membros permanecerem moradores nas terras pertencentes ao grupo.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- Amaral, A. *O dialeto caipira*. 3ª edição. São Paulo: Hucitec, 1976.
 Freeman, D. "The concept of the kindred". *Journal of the Royal Anthropological Institute*, vol. 91, Londres, 1961.

LÍNGUAS DE IMIGRANTES

Carmen Zink Bolognini
 Maria Onice Payer

INTRODUÇÃO Na história brasileira, a representação dos imigrantes, ao lado dos indígenas, dos africanos e do colonizador português, teve um lugar significativo como parte da constituição do povo brasileiro. Nas Ciências Humanas, o tema da imigração foi desde cedo abordado por trabalhos de sociólogos e historiadores, por exemplo. Mas a análise da questão a partir da lingüística, focalizando a diversidade das línguas introduzidas no Brasil pelos imigrantes, não foi considerada até recentemente com a força histórica que teve, capaz de produzir em certos momentos estremecimentos na imagem de unidade da língua nacional brasileira.

Os trabalhos recentemente desenvolvidos sobre a História das Idéias Lingüísticas no Brasil e a Constituição da Língua Nacional e sobre Ética e Política Lingüística, bem como a elaboração da Enciclopédia das Línguas no Brasil (1) vêm interpelando os pesquisadores a discutir a constituição histórica do país por meio da linguagem. Nesse sentido, estudar as línguas através da história, de modo a considerar a relação do português, na sua condição de língua oficial do país, com as outras línguas faladas neste território, enquanto línguas maternas que constituem os sujeitos (Orlandi, 2001) permitirá reler o significado da presença da diversidade de línguas no Brasil a partir do fenômeno migratório.

Apresentaremos, neste artigo, dados referentes a algumas línguas de imigrantes e exporemos temas relacionados ao modo de presença e de ensino destas línguas na constituição histórica do sujeito brasileiro. Discutiremos também questões relativas à relação entre língua materna, língua estrangeira e língua nacional, no âmbito dessa história e do ensino de línguas. Como o sujeito e o sentido se constituem simultaneamente, pela língua (Orlandi, 2001), essas relações são significativas para o brasileiro. Pois, a língua oficial determina a relação que os sujeitos têm com o país, no caso, o Brasil (Guimarães, 2004).

Falamos em estremecimento na imagem de unidade da língua nacional, na medida em que há um imaginário de unidade, sócio-historicamente construído, que sobrepõe as imagens de língua oficial, língua nacional e língua materna. Desde a constituição de 1988, o português é enunciado como "a língua oficial do Brasil", como nota Guimarães (1996). Para o autor, esta formulação reconhece a existência de outras línguas, faladas por outros grupos, como os indígenas, por exemplo. O que não quer dizer que não houvesse em funcionamento a presença de uma língua nacional. E, sendo assim, há de se considerar a possibilidade da não-confluência entre língua oficial e língua materna no Brasil. No caso específico da imigração, a distância entre elas é ainda mais flagrante. E essa distância é constitutiva do Brasil e do brasileiro, como veremos a seguir.

SOBRE LÍNGUA MATERNA E LÍNGUA ESTRANGEIRA Fazer uma enciclopédia das línguas faladas no Brasil, tal qual proposto, suscita discussões a respeito do estatuto da língua materna e da língua estrangeira. O português, a língua oficial do Brasil, como vemos no verbete de Guimarães (2004), intitulado "História do português do Brasil", tem uma relação histórica diferenciada com o Brasil, se tomarmos a sua história em Portugal como referência. Essa diferenciação se dá, conforme o autor, principalmente porque o português entrou no país por meio do processo de colonização, e ocupou e dividiu espaços com outras línguas praticadas neste território. Sendo assim, o português nem sempre foi a língua mais falada no Brasil. Houve um período no qual a língua mais falada no Brasil era a língua geral, e foi apenas a partir dos séculos XVII e XVIII que essa língua perdeu espaço para o português, devido à obrigatoriedade do seu uso e do seu ensino (2). Hoje, praticamente falado por toda a população, o português é a língua materna de cerca de 157 milhões de brasileiros (censo do IBGE, 1996).

Os imigrantes entraram no país e trouxeram as suas línguas maternas: outras histórias, outras ideologias. E o modo pelo qual eles foram constituídos por suas línguas maternas foi determinante da forma pela qual eles se relacionaram com o português e com o Brasil. Para os imigrantes, o português era a língua do estrangeiro, do diferente. A maneira pela qual se deu a entrada e a adaptação do imigrante no novo ambiente (dos falantes de português) estava articulada com a forma pela qual eles se relacionaram com o aprendizado do português.

HISTÓRICO DA IMIGRAÇÃO A introdução de línguas estrangeiras no Brasil por imigrantes ocorreu cronologicamente durante séculos, nos diferentes períodos históricos. Durante o Império, ocorreram imigrações esparsas de grupos, mais especificamente de falantes de italiano e de alemão, tratadas diretamente por D. Pedro I e D. Pedro II, havendo, aqui, influência decisiva da imperatriz D. Leopoldina, de origem austríaca (Bolognini, 1996).

Contudo, o período que corresponde ao grande movimento migratório no Brasil estendeu-se de 1887, ou seja, pouco antes do estabelecimento da República, até 1930. A imigração nesse período foi um fenômeno em massa de grandes proporções, decorrente de condições sócio-históricas propícias nos dois lados do Atlântico, intermediadas pelas Companhias de Navegação e de Imigração. Do lado dos países de origem dos imigrantes, na Europa e na Ásia, a imigração era favorecida pelo início da industrialização, que causou empobrecimento da população e escassez de terras para agricultura. Do lado brasileiro, o governo republicano e os fazendeiros de café viram na imigração uma solução para diversos problemas, no momento em que o trabalho escravo era eliminado; elementos populacionais eram necessários ao povoamento de áreas de fronteiras territoriais e habitadas por indígenas, e o chamado caldeamento da raça projetou-se entre as questões nacionais de identificação do povo brasileiro.

A partir da década de 1920, a imigração em massa foi sendo progressivamente coibida. Depois desse período de grande fluxo, a partir de 1930, a imigração se deu em menor escala, em decorrên-

cia de problemas econômicos e políticos, tal como a Segunda Guerra Mundial.

A ampla extensão e a complexidade da história da imigração, com fatos como a imigração clandestina, o sigilo em situações políticas difíceis, bem como o registro dos filhos dos imigrantes como brasileiros e falantes de português, dificultam o estabelecimento de dados estatísticos precisos quanto ao número de falantes das línguas estrangeiras atualmente, de modo que se dispõem apenas de estimativas e dados esparsos, como os que apresentamos adiante.

AS LÍNGUAS DOS IMIGRANTES No Brasil, dada a variedade de imigrantes que para cá vieram, principalmente da Europa e da Ásia, são faladas várias dessas línguas. É possível citar o alemão, o árabe, o chinês, o coreano, o espanhol, o holandês, o inglês, o italiano, o japonês, o letão e o pomerano.

Os imigrantes, falantes dessas línguas, vieram para o Brasil em épocas diferentes e se instalaram em diversas regiões. Os árabes, por exemplo, fixaram-se no Brasil ainda no Império, com o apoio de D. Pedro II, a partir de sua visita ao Líbano em 1876. Já em 1880, novo grupo de libaneses imigrou para o Rio de Janeiro. Entre 1910 e 1940, eles instalaram-se em Vitória, Cachoeiro do Itapemirim e Alegre, no Espírito Santo, além de algumas cidades no estado de São Paulo.

Os espanhóis têm uma relação antiga com o Brasil. Desde a união política de Portugal e Espanha, entre 1580 e 1640, o espanhol se fez presente "oficialmente" no que hoje se conhece como o território brasileiro. Durante o período do grande fluxo, os imigrantes espanhóis instalaram-se no Brasil atraídos pelo café e, mais tarde, entre 1950 e 1964, também pela indústria e siderurgia. O contingente de espanhóis no Brasil constitui o terceiro maior grupo de imigrantes, depois dos italianos e dos portugueses.

Um aspecto interessante tem a presença dos holandeses no Brasil. Em se tratando da introdução dessa língua no país, há dois períodos que merecem destaque. O primeiro deles remonta ao século XVII, quando houve a tentativa de colonização do país por parte dos holandeses. A importância desse período deve-se ao incentivo cultural propiciado pelo governo holandês estabelecido no Brasil. Como resultado, temos a criação de uma biblioteca, da imprensa e o testemunho da época retratado em quadros e escrito em livros de holandeses. O segundo momento ocorre a partir de meados do século XX, quando houve imigração oficial, com a compra de um grande lote de terras, onde hoje está situada a cidade de Holambra, no interior paulista. O destaque fica marcado, nesse período, pela grande produtividade e contribuição sócio-econômica da comunidade para o Brasil. É nessa região que o holandês ainda é falado no país. Estimase que entre dez e trinta mil imigrantes falantes de holandês tenham vindo ao Brasil.

A seguir vamos tratar de modo mais específico de três línguas de imigração e seus modos de presença no Brasil: o alemão, o italiano e o japonês.

O ALEMÃO Língua de imigrantes de origem alemã, suíça, russa (região do Volga), polonesa e austríaca, é falada, atualmente, no Paraná (Rio

Negro, Ponta Grossa, Rolândia, Entre Rios), Santa Catarina (Blumenau, Joinville, São Francisco do Sul, Brusque, Itajaí, São Bento) Espírito Santo (Santa Leopoldina) e Rio Grande do Sul (São Leopoldo, Santa Augusta, São Lourenço, Lageado, Montenegro). Embora o Brasil ocupasse o segundo lugar como país de destino dos falantes de alemão que vieram para o continente americano (o primeiro país de destino foram os Estados Unidos), eles não se destacaram do conjunto de imigrantes que vieram para o Brasil. Mesmo sendo o primeiro grupo vindo ao país, representam apenas 9% do total de imigrantes. Entre 1824 e 1830, entraram no Brasil cerca de 5 mil falantes de alemão, em decorrência dos grandes problemas econômicos nos países de origem, e motivados pela propaganda das companhias de imigração. Entre 1847 e 1854 entraram cerca de 2,7 mil falantes de alemão no país. No Espírito Santo os falantes dessa língua se fixaram, principalmente, nos vales superiores dos rios Jucu e Santa Maria da Vitória. Dentre eles, havia falantes originários da Alemanha e Pomerânia (região alvo de disputas entre a Polônia e a Prússia, estado da atual Alemanha), que chegaram entre 1860 e 1879 e encontraram-se, hoje, em comunidades relativamente coesas, em Pancas, Santa Maria do Jetibá e Santa Teresa, com prática do pomerano. O fluxo de imigrantes falantes de alemão foi interrompido durante 14 anos, devido à revolução dos Farrapos e à proibição de imigração na Alemanha em 1859. Essa proibição foi revogada em 1896, sendo permitida a propaganda apenas para os três estados do Sul do Brasil. Por esse motivo, dos 5 milhões de imigrantes que deixaram a Alemanha entre 1824 e 1939, apenas 7% vieram para o Brasil, de modo que até o início da Segunda Guerra Mundial, há o registro da entrada de cerca de 300 mil falantes de alemão no país. Somando-se seus descendentes, considera-se que até 1935 havia um total aproximado de 1,2 milhão desses falantes no país.

Os falantes de alemão organizavam-se em pequenos grupos, onde mantinham seus dialetos locais. Eles trouxeram, além da doutrina religiosa, o alemão padrão (hochdeutsch), pois os pastores tinham formação acadêmica. Esses pastores encontraram, inicialmente, resistência nas comunidades já existentes, mas conseguiram, em grande parte, implantar seu discurso, que pregava a filiação ao novo Estado alemão. Foi nessa época, também, que diversas publicações em idioma alemão foram feitas no Brasil: jornais, cartilhas, manuais de orientação religiosa e familiar, manuais técnicos, boletins informativos e livros de história e literatura inspirados na vida dos imigrantes. Em 1917, o Brasil entra na Primeira Guerra Mundial contra a Alemanha e a circulação de periódicos em alemão e as instituições (escolas, igrejas) alemãs foram proibidas de funcionar. No entanto, interessante, entre 1910 e 1928, aumenta o número de periódicos em língua alemã, e também os já existentes têm sua tiragem ampliada. Logo após o término da guerra, as relações diplomáticas entre os dois países foram reatadas e o alemão, bem como o funcionamento de escolas e igrejas, deixou de ser proibido. Nova proibição ocorreu com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, quando novamente escolas e igrejas foram fecha-

das e jornais foram proibidos de circular. Apesar dessas proibições, há um número considerável de brasileiros que se consideram falantes de alemão, por serem descendentes de imigrantes.

ITALIANO Falantes de italiano migraram da Europa para a América principalmente durante o grande fluxo, em número aproximado de 57 milhões de indivíduos (De Decca, 1993). Os registros de imigração disponíveis, a maior parte deles encontrando-se apenas no estado de São Paulo, indicam que entraram no Brasil 1.401.335 imigrantes italianos (Bergman, 1977).

Os falantes de italiano e de variedades desta língua instalaram-se nas regiões Sul e Sudeste, além do sul da Bahia. Contudo, em vista das migrações interestaduais motivadas pela busca de terras em outras regiões após 1970, hoje há descendentes de italianos concentrados também em estados do Centro-Oeste (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Goiás) e do Norte (Acre e Pará).

Algumas variedades de italiano continuam sendo faladas nas regiões Sul e Sudeste até hoje. A convivência de grupos de imigrantes em comunidades relativamente coesas, bem como o isolamento das colônias agrícolas em relação a centros populacionais, em certas regiões, contribuiu para a manutenção de sua língua.

Por outro lado, o italiano, assim como outras línguas estrangeiras, como o alemão, foram pontualmente interdidas durante as guerras mundiais e durante o Estado Novo (1937-1945), no contexto nacionalista próprio à década de 1930. De um certo modo, a Segunda Guerra funcionou, também, como argumento no inevitável processo de nacionalização que já havia sido iniciado, de fato, desde o início do grande fluxo imigratório. De forma incisiva, através de legislação específica e da minuciosa Campanha de Nacionalização do Ensino, iniciada

em 1938, o Estado brasileiro implantou o português como língua nacional nas áreas de colonização estrangeira, (re)forçando a nacionalização. Esse fato inibiu significativamente a prática das línguas maternas dos imigrantes, marcadamente no domínio público e institucional, sobretudo na imprensa escrita e na escola, mas também no espaço privado.

Contudo, a Campanha de Nacionalização do Ensino não conseguiu apagar totalmente as línguas estrangeiras junto a uma prática de linguagem eminentemente oral. Além disso, no Brasil as variedades do italiano misturaram-se ao português, de modo que em regiões de densa imigração a população fala o português com traços de italiano — presentes na fonologia, no léxico, na morfossintaxe e na prática mesclada das línguas, com fragmentos de discursos, provérbios e expressões em italiano e em português.

A partir dos anos 1980, em um contexto sócio-histórico bem diferente dos anos 1930, com o aparecimento dos discursos sobre a globalização econômica, as especificidades “culturais” e “regionais”, como as que dizem respeito aos imigrantes, passam a adquirir lugar na mídia, de modo que se assiste, atualmente, a um certo revigoreamento dos elementos relativos à memória dos imigrantes. Nesse con-

**ALÉM DISSO,
NO BRASIL
AS VARIEDADES
DO ITALIANO
MISTURARAM-SE
AO PORTUGUÊS...**

texto, algumas cidades colonizadas por italianos passaram a inserir o ensino do italiano como língua estrangeira nas escolas. A presença desse discurso na mídia fez crescer, por exemplo, em 25% o índice de procura de cursos de italiano na cidade de São Paulo, em 1999, onde o número de descendentes de italianos chega a cinco milhões.

O JAPONÊS A língua japonesa falada no Brasil pode ser definida como resultante da fusão de dialetos das diferentes regiões do Japão, com predominância de um ou mais dialetos conforme a concentração de falantes procedentes dessas regiões (Dóí, 2004). Além dessa mistura de dialetos, o japonês falado atualmente no Brasil apresenta um outro traço: a presença do português.

Essa língua, usada na comunicação cotidiana no contexto nipo-brasileiro, é chamada de *koronia-go* ("língua da colônia"), e é comumente caracterizada pelos japoneses como "o japonês antigo misturado de língua brasileira (o português)". O uso da língua japonesa não se limita apenas ao meio de comunicação oral na comunidade nipo-brasileira. A língua escrita tem tido lugar nas publicações de jornais, interrompidas, juntamente com a prática pública da língua, no período da Segunda Guerra. Além disso, desde o início da imigração, diferentes manifestações literárias têm sido desenvolvidas no seio da comunidade sob a forma de contos, romances, e poemas.

Sua introdução no Brasil (Dóí, *idem*) iniciou-se em 1908, quando cerca de 800 indivíduos de diferentes regiões do Japão chegaram ao estado de São Paulo para trabalhar nas fazendas de café. Estima-se que até a Segunda Guerra, cerca de 190 mil imigrantes japoneses chegaram ao Brasil e, a partir de 1953, em torno de 50 mil japoneses dirigiram-se aos núcleos coloniais das regiões da Amazônia, Nordeste e Sul do país. Segundo pesquisa realizada pelo Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, em 1987, estima-se que a população japonesa (japoneses e seus descendentes) residente no Brasil atinge o número de um 1,3 milhão de habitantes, dos quais os *isseis* (japoneses de primeira geração nascidos no Japão) representam 12,51%, os *nisseis* (filhos de japoneses) 30,85%, os *sanseis* (netos de japoneses) 41,33% — dentre os quais 42% são mestiços —, os *yonseis* (bisnetos de japoneses) constituem 12,95%, dos quais 61% são mestiços. Ainda segundo essa pesquisa, apenas 0,23% da população japonesa no Brasil fala atualmente o japonês.

A língua japonesa marca também sua presença no português brasileiro, na introdução de itens lexicais que representam os vários segmentos da cultura japonesa e que estão inseridos na sociedade brasileira, tais como na alimentação (*sushi, sashimi, tempura, shoyu, shiitake*), nos esportes e lazer (*judô, jujitsu, karaoke*), nos costumes (*tatami, furô, quimono*), etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS Entre a língua materna e a língua nacional Se trabalharmos a questão do sujeito constituído pela linguagem a partir de Pêcheux (1969) pensando o falante de determinada língua a partir do lugar de interlocução que lhe cabe na cadeia discursiva, será necessário refletirmos sobre a maneira pela qual os discursos se articulam para definir esse lugar que o imigrante ocupa em relação ao brasileiro (Bolognini, 1996). Dito de outra forma: o imigrante ocupa um determinado lugar de interlocução na sua língua materna. E a sua língua materna também reserva um lugar de interlocução

para os falantes do português do Brasil. Como se daria essa relação? Ela não é sempre igual. Consideremos duas pesquisas conduzidas com diferentes descendentes de imigrantes: uma com descendentes de italiano, outra com descendentes de alemão (3). Ou seja, com sujeitos constituídos por outros, que por sua vez foram constituídos por outros que tinham o italiano, por um lado, e o alemão, por outro, como língua materna. As diferenças encontradas podem ser sintetizadas em um dado fundamental: as entrevistas com os descendentes de italiano foram conduzidas em português, e as entrevistas com os descendentes de alemão foram conduzidas em alemão.

A questão que fica é a seguinte: os sujeitos constituídos pelo alemão ocupam um lugar de interlocução em sua relação com o português que faz com que a situação de "ser estrangeiro" no Brasil não lhes seja desconfortável. Há algo no idioma alemão que lhes assegure um lugar de interlocução difícil de ser perdido para o lugar de interlocução que o português lhes asseguraria (Bolognini, 1996).

Os descendentes de italiano, por outro lado, são pegos de outra forma na cadeia discursiva. Seu lugar de interlocução como descendentes de italianos não pressupõe o domínio, ou algum domínio do idioma, mesmo que este possa ser falado. Eles são afetados de outra maneira pela política de línguas existente no país.

Quando se fala em política de línguas no Brasil com relação aos imigrantes, há uma remissão quase imediata à proibição de alguns idiomas (alemão, italiano, japonês) durante os períodos das grandes guerras mundiais. Entretanto, discussões a respeito da nacionalização dos imigrantes já estavam em discussão desde o início do processo migratório, nos estados. Nessas discussões, propunha-se para as zonas de densa imigração uma educação tendente à nacionalização, com a contratação de professores bilingües, de modo que o aprendizado do português fosse o aspecto primordial a ser levado em consideração (Ribeiro, 1889 e Bilac, 1916).

A interdição das línguas dos imigrantes tem sido abordada, entre outras direções, como um fato discursivo da ordem do "silenciamento" (Orlandi, 1992), da memória e do esquecimento da língua e, conseqüentemente, da chamada identidade cultural, em sua relação com o processo de nacionalização (Payer, 1999). Nesta perspectiva, aspectos constitutivos da relação entre sujeito e a língua materna — silenciada — e a língua nacional, em que este se inscreve juridicamente como cidadão, vêm sendo estudados quanto a suas implicações na prática de linguagem e nos processos históricos de constituição do sujeito de linguagem.

Nessa perspectiva tem-se observado que tanto o *modus operandi* do silenciamento (interdição) quanto o fato discursivo do silêncio sobre a presença das línguas estrangeiras praticadas pelos descendentes de imigrantes no Brasil não deixaram de imprimir marcas no sujeito que se escolariza, bem como na memória social. Por exemplo, especificamente quanto aos elementos do italiano presentes no português, eles vêm sendo interpretados como traços de um retorno involuntário, na memória, da língua apagada (Payer, 1999 e 2003). Essa abordagem, considerando o sujeito e a história presentes na língua, difere substancialmente daquela que os compreende como "regionalismos" ou "dialeros regionais", noções estas concebidas a partir de origens positivistas da lingüística.

Tem-se observado, portanto, que na prática de linguagem dos falantes descendentes de imigrantes apresenta-se uma *tensão entre a língua nacional e a língua materna*, que se produz na história e atinge tanto a estrutura da língua quanto o sujeito. O estudo dessa tensão na prática de linguagem leva a se desvendarem questões sobre o ensino de língua (português), tal como a importância de se explicitar – e não silenciar – as relações históricas tensas entre a língua nacional e as línguas maternas da população, e de se considerar as situações internas ao país em que a língua nacional ensinada na escola não coincide com a língua materna dos alunos. É importante, nesse sentido, lembrar também que há situações em que a língua materna se compõe de materialidades lingüísticas que se constituem de elementos de mais de uma língua (Payer, 1999).

A relação histórica densa entre as línguas interfere, portanto, na constituição do sujeito de linguagem. *A sua relação com os traços da língua "apagada" é marcada pela memória de uma língua silenciada. Ao mesmo tempo em que esses traços constituem o sujeito no real da língua, eles constam como traços a serem apagados*, na medida em que é o português que o interpela juridicamente, como a língua apropriada a seu estatuto de cidadão brasileiro (idem).

Assim, um dos interesses em estudar a questão das línguas dos imigrantes atualmente está, ao nosso ver, em compreender que a *língua materna silenciada na história deixa no sujeito sua memória*. Ela *deixa inscrito um lugar de língua*, que não poderia, entretanto, ser preenchido por uma suposta restituição da língua apagada, através do ensino da língua estrangeira correspondente (alemão, japonês, italiano...), como às vezes se imagina. Se as línguas dos imigrantes, em sua maior parte silenciadas, têm um papel na memória social brasileira, *isso se dá em seu estatuto de língua apagada mesmo*, cuja presença remota pode ser às vezes apenas notada, por exemplo, através do riso (equivoco) que acompanha o seu aparecimento; da prática sinestésica do canto da língua silenciada, em antigas canções em dialetos; na denegação de sua presença ocorrendo na ultracorreção do português (Payer, 2003).

Muito embora o ensino das línguas estrangeiras correspondentes dos imigrantes possa interessar tanto à formação cultural quanto a situações pragmáticas das relações internacionais, um trabalho significativo com as línguas de imigrantes historicamente presentes no Brasil ultrapassa a questão do restabelecimento ilusório das línguas perdidas. O trabalho minucioso com os sentidos presentes na memória histórico-discursiva é o que parece poder levar à formulação – na contraface do silenciamento – dos sentidos silenciados junto com as línguas, de modo a produzir, nas representações sociais, lugar para a multiplicidade das línguas e das memórias culturais que constituem o brasileiro.

Carmen Zink Bolognini é professora do Departamento de Linguística Aplicada e coordenadora associada da Comissão de Graduação do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp. Maria Onice Payer é professora do curso de letras da UFSCar e professora do curso de pós-graduação da Univás.

NOTAS

1. Projetos coordenados no Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp pelos professores Eni P. Orlandi e Eduardo Guimarães, a partir da Análise do Discurso e da Semântica Histórica da Enunciação - Endereço da Enciclopédia das Línguas no Brasil (ELB): <http://www.labeurb.unicamp.br/elb/>
2. Ver também os artigos de L.C. Borges e J. Horta Nunes, em Orlandi (org.) 2001.
3. Payer, M. O. 1999 e Schumm, G.S.C., 2004, respectivamente.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- Bergman, M. P. *Nasce um povo*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1977.
- Bilac, O. (1916) "A língua portuguesa". In *Últimas conferências e discursos*. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1927.
- Bolognini, C.Z. "A história e a ideologia nas relações de contato Brasil-Alemanha". Tese de doutorado Unicamp, 1996.
- Decca, E. S. De. "Immigrants in Brazil: tension and cultural identity". *Ibero-american heritage curriculum latinos in the making of the United States of América: yesterday, today and tomorrow*. Readings for Teachers, 1993.
- Dóí, E. T. "Japonês". *Enciclopédia das Línguas no Brasil*. IEL, Unicamp. <http://www.labeurb.unicamp.br/elb/> 2004.
- Guimarães, E. e Orlandi, E. *Língua e cidadania*. Campinas: Pontes, 1996.
- Guimarães, E. "Política de línguas". *Enciclopédia das Línguas no Brasil*. IEL, Unicamp. <http://www.labeurb.unicamp.br/elb/> 2004.
- Pêcheux, M. (1969). "Análise automática do discurso". In *Por uma análise automática do discurso*. F. Gadet e T. Hak (ogs.). Campinas: Ed. da Unicamp, 1990.
- Orlandi, E. *As formas do silêncio. No movimento dos sentidos*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.
- Orlandi, E. *História das idéias lingüísticas. Constituição do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas e Cáceres: Eds. Pontes & Unemat, 2001.
- Orlandi, E. *Língua e conhecimento lingüístico*. São Paulo: Cortez, 2002.
- Payer, M. O. "Memória da língua. Imigração e nacionalidade". Tese de doutorado. IEL, Unicamp, 1999.
- Payer, M. O. "Memória da língua e ensino - Modos de aparecimento de uma língua apagada no trabalho do esquecimento". *Organon*, revista do Instituto de Letras da UFRGS, número 35. 2003.
- Ribeiro, J. *Grammatica portugueza*. 3a. edição, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1889.
- Schumm, G.S.C. "Um estudo enunciativo de uma política de línguas: uma identidade misturada". IEL, Unicamp, 2004.

LÍNGUAS DE FRONTEIRA: O DESCONHECIDO TERRITÓRIO DAS PRÁTICAS LINGÜÍSTICAS NAS FRONTEIRAS BRASILEIRAS

Eliana Rosa Sturza

INTRODUÇÃO Uma história das línguas praticadas nas zonas de fronteira do Brasil deve ser considerada a partir de duas condições fundamentais: a primeira, que as nossas fronteiras geopolíticas também se definem pela existência de um velho par de línguas, com um contato histórico e genealógico muito estreito, que é o do português-espanhol; a segunda, que a história de contato dessas línguas, na América, é compartilhada pela história de outras línguas com quais convivem e/ou entram em conflito. Ambas condições são reforçadas pelo modo como nossas fronteiras políticas foram sendo constituídas ao longo da história.

A história dessas práticas lingüísticas, que se deseja apresentar, não objetiva recuperar apenas os registros existentes sobre as línguas praticadas nas zonas de fronteira. Mas pretende-se, sobretudo, realizar um resgate da história da produção científica sobre a situação lingüística das zonas de fronteira, especialmente daquelas onde os estudos sobre os contatos do português e do espanhol desenvolveram-se mais, criando inclusive uma reconhecida tradição em alguns meios acadêmicos, caso da Universidad de la República, do Uruguai.

Quase dois séculos depois de conflitos, solucionados pela arma ou pela diplomacia, ainda desconhecemos muito da situação de contato das línguas portuguesa e espanhola nas zonas fronteiriças do Brasil com os demais países hispano-americanos.

A fronteira do Brasil com esses países é caracterizada por zonas de grande concentração populacional, como o sul do Brasil, e outras marcadas por obstáculos geográficos naturais, caso do norte do país, onde existem zonas praticamente vazias de presença humana.

De qualquer modo, mesmo onde os agrupamentos são menores e menos populosos, a fronteira efetivamente é complexa pela natureza de sua formação e pelo modo como se estabelecem ali as relações sociais das diferentes etnias que nela habitam. As fronteiras geográficas são preenchidas de conteúdo social.

Se as fronteiras são sociais, se nelas vivem diferentes etnias – índios, espanhóis, árabes, portugueses, alemães, entre outros – o contato lingüístico é uma consequência inevitável, e a situação das práticas lingüísticas nessas regiões, de um modo geral, um campo pouco explorado pela lingüística brasileira.

O número ainda escasso de trabalhos lingüísticos que possam, principalmente, mapear a situação das línguas de fronteira é resultado, sobretudo, da falta de organização e divulgação das pesquisas já rea-

lizadas e de uma maior focalização na questão do contato lingüístico nas nossas fronteiras por parte da lingüística brasileira. A exceção tem sido o grande interesse pelas línguas indígenas, principalmente, na bacia do rio Amazonas.

Dentre as fronteiras do Brasil com os demais países hispano-americanos, a fronteira com a Argentina e o Uruguai, na chamada bacia do rio da Prata é, sem dúvida, onde o contato lingüístico foi historicamente determinado pelas línguas do Estado.

Nessa fronteira, o contato lingüístico entre o português e o espanhol é decorrente de um século de litígios pelo domínio dos territórios, de uma política expansionista de ocupação da região e militarização das áreas, além da existência de povoados desenvolvidos e de um intercâmbio econômico, cultural e social já consolidado.

Um bom exemplo, de que na fronteira do Brasil com os países da bacia do rio da Prata o contato entre as comunidades fronteiriças é regular e contínuo, é a recente decisão dos governos brasileiro e uruguaio de expedir uma Carteira de Identidade de “fronteiriço” para os chamados *double chap* – moradores que vivem ao longo da faixa fronteiriça, que abrange 900 km de distância e até 20 km de largura para dentro do território de cada país. (*Zero Hora* – 15/04/04).

Esse fato, no alvorecer do século XXI, registra o reconhecimento da fronteira compartilhada, de um lugar menos imaginário, de um lugar que tem uma dinâmica social muito particular, sustentada pelo movimento migratório das populações e suas contínuas transgressões territoriais.

Na fronteira Brasil-Uruguai, a transgressão dos limites ocorreu, sobretudo, para dentro do território uruguaio. Primeiro se instalaram os portugueses e, posteriormente, os brasileiros, de tal modo que isso possibilitou a manutenção da língua portuguesa e determinou a sua importância no próprio processo de ocupação da região norte do Uruguai.

Esse fator histórico despertou interesse principalmente de lingüistas uruguaio, levando-os a estudar e pesquisar sobre a existência da língua portuguesa e sua extensão dentro do território uruguaio, a partir do final da década de 1950.

O marco inaugural sobre a situação das línguas na fronteira Brasil-Uruguai, é o trabalho “Dialecto Fronterizo en el Norte del Uruguay”, de José Pedro Rona, divulgado em 1959 e publicado, posteriormente, em 1965.

A partir desse trabalho de Rona, ao longo de meio século, os estudos sobre a presença da língua portuguesa na zona de fronteira foram tendo regularidade e continuaram a focalizar este “Dialecto Fronterizo” como questão fundamental.(1)

A regularidade das pesquisas e o debate interno que, a partir dele, passa a se instituir, é o do processo de designação da(s) prática(s) lingüística(s) resultante(s) do contato lingüístico entre o português do Brasil e o espanhol do Uruguai. Esse debate pode ser percebido nos diferentes modos como os pesquisadores titulam seus estudos e teses realizados sobre o português no Uruguai, tais como: *Dialecto fronterizo del norte del Uruguay* (Rona, 1965); *Nós falemo brasileiro. Dialectos portugueses del Uruguay* (Elizaincín, Behares & Barrios, 1987);

**AS
FRONTEIRAS
GEOGRÁFICAS
SÃO
PREENCHIDAS
DE CONTEÚDO
SOCIAL.**

The sociolinguistics of the brazilian-uruguayan border (Hersey, 1972); *The social distribution of uruguayan portuguese in a bilingual border town* (Carvalho, 1998).

É importante destacar que designar essa prática lingüística é uma tarefa que já apresenta dificuldades e posicionamentos políticos no próprio contexto nacional de ambos países envolvidos, pois o português é "brasileiro" e o espanhol é "castelhano", o que já por si mesmo marca a diferença das línguas internamente às suas hereditariedades lingüísticas – língua portuguesa de Portugal e língua espanhola da Espanha e aos seus domínios políticos na América hispânica.

O DESCONHECIDO TERRITÓRIO Quando Guimarães (2001) trata do espaço das línguas dominantes na América Latina, ele se refere *...a um espaço configurado pela presença de outras línguas em funcionamento, de um lado as línguas indígenas e o espanhol, além do contato com a língua portuguesa, e de outro as línguas indígenas, as línguas africanas e o português, além do seu contato com o espanhol. Neste sentido estamos configurando este espaço por uma memória que lhe é própria, sem a qual ele não é este espaço. E nesta medida cabe pensar, inclusive, a história da constituição do espanhol e do português como línguas nacionais.*

Este espaço desterritorializado é o que coloca as nossas línguas da fronteira em situação de contato. Com o status de línguas oficiais e predominantes, o português e o espanhol na América se colocam lado a lado ao longo das fronteiras geográficas que compartilham. Porém, do ponto de vista da situação étnica, os grupos de convívio e seus contatos lingüísticos, em diferentes regiões fronteiriças do Brasil com os demais países da América do Sul, contribuem para a constituição de um panorama lingüístico heterogêneo, muito aquém do que representa a dualidade português-espanhol no seu estatuto de línguas majoritárias. Um exemplo que ilustra bem esta situação é o que apresenta Oliveira (2000):

São Gabriel da Cachoeira é uma cidade no centro da região mais plurilingüe do Brasil, o Alto Rio Negro, no estado do Amazonas, nas fronteiras do país com a Colômbia e a Venezuela. O núcleo urbano tem cerca de dez mil habitantes e domina uma região de 112.000 Km², maior portanto que Portugal ou o estado de Santa Catarina, com 409 aldeias nas quais funcionam 165 escolas indígenas bilíngües de ensino fundamental (de 1^a a 4^a séries). É um caso pouco 'típico' no país (se se pode utilizar tal conceito) mas que servirá para apresentar um caso concreto de plurilingüismo urbano e para pensar a formulação de políticas públicas nas cidades, incluindo-se aqui também a política lingüística.

Disto decorre que nossas fronteiras são marcadas por uma heterogeneidade lingüística, iniciando-se ao norte (2), onde há esse contato entre as diferentes nações indígenas, o português e o espanhol, apresentando uma clara situação de plurilingüismo, até a região oeste, onde as fronteiras brasileiras são também marcadas pelo convívio das línguas portuguesa e espanhola com as línguas indígenas da Bolívia e do Paraguai.

No caso do Paraguai, o reconhecimento do guarani como língua oficial e o seu destacado lugar como língua materna da grande maioria da

população é um ingrediente fundamental na configuração das línguas da fronteira, sobretudo pela importância étnica e identitária que o guarani ocupa frente a outras línguas, as dos imigrantes e a do Estado (3). Vale lembrar, neste caso, a importância do contingente de brasileiros no Paraguai (4), os chamados brasiguaios, que levam para o interior das terras paraguaias a sua língua portuguesa (a de gaúchos, paulistas, paranaenses, mato-grossenses...).

Na fronteira do Brasil com Argentina e Paraguai, mais ao sul, é escla-recedora a situação da província fronteiriça de Misiones. Nesta região, o fluxo migratório trouxe, especialmente, para dentro do território argentino, alemães, italianos e polacos, além de um contingente significativo de brasileiros, que contribuíram para fortalecer presença da língua portuguesa nas comunidades da zona fronteiriça. (Sturza, 1994 e Maia, 2002).

Já no caso das fronteiras do extremo sul, limite com Argentina e Uruguai, o contato de línguas mais intenso e contínuo é o do português com o espanhol, embora haja na região a presença de outras etnias como árabes, italianos e alemães, em cidades limítrofes como Chuí, Uruguiana, Aceguá, Livramento.

Nessa fronteira, do Rio Grande do Sul com os países da bacia do rio da Prata, sobretudo na zona fronteiriça do Brasil com o Uruguai, há ainda uma terceira "língua", que não é nativa, não é a do imigrante, não é a do Estado. É a que funciona como mais uma nas práticas lingüísticas de grande parte da população fronteiriça e que resulta do cruzamento das línguas portuguesa e espanhola, da extensão ou do influxo de uma língua em território lingüístico da outra.

Essas práticas foram designadas de dois modos: o portunhol – que abrange uma maior extensão de contato, ainda que com caracterizações discursíveis, e pouco definido enquanto fenômeno de contato lingüístico e os DPUs – Dialectos Portugueses do Uruguai – que gozam de um reconhecimento maior, de pesquisas e estudos regulares da lingüística internacional.

Acrescenta-se a esse panorama da região Sul, o fato de que no mapa das variantes dialetais do português do Rio Grande do Sul, a região da fronteira está caracterizada por seu conservadorismo luso e por influxos do espanhol no linguajar do gaúcho, especialmente na linguagem informal e no meio rural (Koch; Altenhofen; Klashmann, 2002).

AS LÍNGUAS DA FRONTEIRA: A SITUAÇÃO DA FRONTEIRA BRASIL - URUGUAI A ocupação das zonas de fronteira do Brasil com o Uruguai ocorreram, no lado brasileiro, obedecendo ao processo expansionista da Coroa portuguesa, em meados do século XVIII, que distribuiu terras e fundou guarnições militares na região. Em seguida, os grandes espaços vazios da região norte do Uruguai, foram sendo invadidos e colonizados. Mais tarde, os brasileiros, atraídos pela riqueza das terras e abundância de gado nativo, se estabeleceram no interior do Uruguai, em quase 300 km de extensão (Tau Golin, 2002).

A comprovação da existência e da extensão da língua portuguesa e de seus dialetos no interior do Uruguai foi detalhada por Rona (1965), em mapas onde descreve as zonas lingüísticas fronteiriças com o Brasil. Seu estudo confirma que a região norte do Uruguai foi fortemente afetada pela presença, primeiramente, de portugueses e, depois, de brasileiros. Desse contato, afirma Rona (1963), surgiu

um "dialecto mixto" ao qual denomina "fronterizo". Segundo ele, *éste es una mezcla de portugués y español, pero no es ni portugués ni español y resulta con frecuencia ininteligible tanto para los brasileños como para los uruguayos. — Este dialecto es de base portuguesa, hispanizada.*

Na metade da década de 1960, dando continuidade à problemática do contato lingüístico nessa região, Hensey (1965) busca descrever e comprovar a existência de bilingüismo nas comunidades urbanas fronteiriças, diferentemente de Rona que concentra seus estudos mais em zonas rurais e objetivava localizar dialetos resultantes do fenômeno do contato lingüístico.

No entanto, o pesquisador americano concluiu que o bilingüismo nessa zona de contato não pode ser considerado como o que existe em outras comunidades, pois o grau de bilingüismo dos falantes não é equivalente. Há um maior domínio do português pelos uruguaios do que vice-versa, isto se explicaria pela manutenção da língua portuguesa em território uruguaio. No norte do Uruguai, há falantes de português, o que comprovaria uma situação de bilingüismo, mas há também falantes de uma mistura de línguas, nas comunidades gêmeas, a qual Hensey (1969) descreve como um *interlecto*.

No entanto, esse português de maior domínio por parte dos uruguaios é, na seqüência dos estudos, descrito por Elizaincín, Behares & Barrios (1987) como um dialeto (ou dialetos) da língua portuguesa, ao qual chamam de *dialectos portugueses del Uruguay*.

Para esses autores, a situação das línguas na região norte do Uruguai se caracteriza bem mais por um convívio de dialetos, um na zona urbana e uma outra variedade de base portuguesa mais conservada no meio rural. Os falantes de "fronterizo" são monolíngües e se concentram na zona rural e nas periferias urbanas. Os falantes bilíngües ou como preferem descrever os autores, a situação de *bidialectismo* ocorre pelo domínio de um dialeto do espanhol padrão — espanhol regional e de um dialeto português do Uruguai.

No entanto, para Carvalho (2003), a situação das práticas lingüísticas nessa zona fronteiriça é na verdade a caracterização de que português é esse que se pratica e como ele se distribui, dado a que a mistura dos sistemas lingüísticos do português e do espanhol não são aleatórias tal como afirma Elizaincín, Behares & Barrios (1987), mas são condicionadas por fatores extralingüísticos.

Para Carvalho (idem), o português falado pelos bilíngües uruguaios, nas zonas mais urbanas, é um dialeto do português brasileiro urbano. O português uruguaio rural é um dialeto falado nas zonas rurais por monolíngües, que corresponderia, portanto, ao "fronterizo" de base portuguesa de Rona (1965). O que pretende Carvalho (idem) é propor uma definição do português uruguaio, desfazendo a idéia de dialetos em convivência. Para ela, a manutenção de uma descrição lingüística que faz diferenças nestas práticas lingüísticas, classificando-as como "línguas" ou como "dialetos", reproduz a condição social dos falantes que as praticam. O que existe então, nessa zona fronteiriça, são duas variantes de uma só língua — o português.

Punaren (1999), ao pesquisar a atitude lingüística dos uruguaios de Rivera, em relação ao prestígio do dialeto que praticam, decide designar o que Elizaincín chama de DPU, de portunhol. Essa designação é recolhida por ele dos depoimentos dos entrevistados, que

constantemente fazem referência a "fronterizo" e a "portunhol", utilizando-os, inclusive, como sinônimos.

A dificuldade em definir o "portunhol", está nos sentidos que foram sendo constituídos pelo senso comum, especialmente, por referir negativamente, por dizer o "mal falar" uma das línguas da mistura, em geral, de brasileiros em relação à língua espanhola.

Mas se pode formular, pela própria situação de indefinição do termo, duas hipóteses: a primeira é a de que o portunhol é sinônimo de fronterizo e de DPU, com uma tendência a designar mais o fenômeno no meio urbano (Punaren, 1999) e estaria mais restrito às zonas de contato mais intenso, tais como as cidades gêmeas na fronteira Brasil-Uruguai.

No entanto, Punaren também designa esse mesmo fenômeno lingüístico de contato, nas zonas de fronteira da Argentina com o Brasil e se origina, do mesmo modo que na fronteira Brasil-Uruguai, pela forte presença de brasileiros em território argentino e pela manutenção da língua portuguesa como a língua familiar (Maia, 2002). A diferença das zonas de fronteira é a extensão e consolidação do fenômeno. No caso uruguaio, ele é reconhecido como uma prática lingüística instituída, seria como uma "terceira língua". A segunda hipótese é a de que o portunhol é uma "interlíngua", remete ao processo de aquisição, especialmente do espanhol por parte de falantes brasileiros, e seria uma situação intermediária desse processo no qual os alunos misturam as línguas a nível gramatical e discursivo. É freqüentemente utilizado, neste mesmo sentido, pela mídia, na Internet e pelo próprio mercado editorial de livros didáticos da área (Sturza, 2004).

Esta "terceira língua", predominantemente praticada em território uruguaio, recebeu inicialmente sua identificação como "fronterizo", tomando na sua designação o sentido geográfico. A partir daí, essa mistura de línguas foi sendo designada diferentemente ao longo do percurso das pesquisas lingüísticas, de acordo com as filiações teóricas de cada pesquisador, sobressaindo-se entre eles a sociolingüística variacionista. (Elizaincín *et alii*, 1987; Carvalho, 2003). Todos esses estudos são sempre realizados no lado uruguaio da fronteira, em centros urbanos como Jaguarão-Rio Branco, Livramento-Rivera.

E o que dizer, então, sobre o lado brasileiro dessas fronteiras? Neste caso, os estudos que tratam da questão do contato lingüístico também se localizam na tradição dos estudos dialetológicos e na sociolingüística, desde as descrições de Bunse (1969) até o mapeamento do Atlas Lingüístico-Etnográfico do Rio Grande do Sul (ALERS). O enfoque é sempre do ponto de vista das influências do espanhol/castelhano, dos influxos, dos espanholismos do vocabulário gaúcho, da entonação e pronúncia do dialeto gaúcho da fronteira (Bisoi, 1988), que sofre influências castelhanas. Porém, os resultados do contato não determinaram a existência de uma terceira variedade tal como os pesquisadores comprovaram existir na fronteira com o Uruguai.

Dos mapas de Rona (1965) às tabelas de Carvalho (2003), designar a língua da fronteira é também dizer o seu lugar político nas relações históricas. Da neutralidade aparente do "fronterizo" de Rona (1965), passando pela referência à mistura do "portunhol" de Punaren; ao apagamento do português do Brasil que são os DPUs de Elizaincín (1987), às tentativas de definição de Carvalho (2003), desig-

nar é muito mais, é redizer o litígio. É colocar o político no modo de designar as práticas lingüísticas em funcionamento. A política das línguas está nesse espaço das práticas lingüísticas, que não se resume à dualidade português-espanhol, mas que se enunciam nesse espaço configurado pela diversidade lingüística.

CONSIDERAÇÕES FINAIS A língua portuguesa além das fronteiras brasileiras é uma outra língua. A sua extensão e o seu significado em território uruguaio são, como nos revela Rona (1965), é o reconhecimento de que existe uma língua portuguesa e brasileira no Uruguai. O que evidencia que ela não é resultado só do contato lingüístico, mas é de fato a comprovação de sua existência no interior do Uruguai, por isto o "fronterizo" *es un dialecto de base portuguesa, hispanizada*. Esse reconhecimento vai causar um efeito político definitivo, que está dito pelo modo como foram designadas as práticas lingüísticas da fronteira, sendo, inclusive, determinante para que se possa, hoje, compreender as relações das línguas na zona de fronteira e a políticas lingüísticas que este contexto constitui.

Esse efeito é mais significativo ainda porque rompe com a visão da homogeneidade lingüística do espanhol no Uruguai. E eu acrescentaria que esta história, constituída por raros pesquisadores não brasileiros sobre a língua portuguesa /brasileira além de nossas fronteiras geográficas, nos chama a ocupar um lugar no debate sobre a língua portuguesa do Brasil que não está circunscrita as nossas fronteiras geopolíticas.

Elisana Rosa Sturza é professora de língua espanhola do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas, do curso de letras, no Centro de Artes e Letras da UFSM.

NOTAS

1. O artigo de Millán, Sawaris & Welter. "El camino recorrido: lingüistas y educadores en la frontera Brasil Uruguay", apresenta um histórico das pesquisas realizadas sobre as línguas em contato nas zonas fronteiriças do Brasil com os países do Prata, tratando também de suas conseqüências pedagógicas.
2. Para entender melhor a situação das línguas indígenas na Amazônia ver também Rodrigues, Ayrton. *Panorama das línguas indígenas da Amazônia*.
3. Ver tese de doutorado de Carolina Maria Rodríguez Zucolillo. "Língua, nação e nacionalismo. Um estudo sobre o guarani no Paraguai". IEL/Unicamp, 2000.
4. Segundo Da Costa, 10 % da população paraguaia é composta de brasileiros, sendo que sobe para 50% na região leste do Paraguai, fronteira com o oeste do Brasil. Esse autor afirma, ainda, que o português representa a língua de minorias da Bolívia e da Venezuela.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- Bisol, L. "A vogal pré-tônica e a diversidade dialetal", in *Ilha do desterro*, número 20. Florianópolis: Editora UFSC. 1988.
- Bunse, Heinrich.E. W. *Estudos dialetologia no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Edições Faculdade de Filosofia, UFRGS. 1969.

- Carvalho, Ana M. "Rumo a uma definição do português uruguaio", in *Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana (RILI)* volume 1,(2). Madri: editorial Vervuert. p.125-149. 2003.
- Da Costa, Antônio L. M.. *Línguas da América Latina*. www.antonioalmeida.com.br/linguas
- Elizaincín, A., Behares, L. & Barrios, G. *Nós falemo brasileiro. Dialectos portugueses em Uruguay*. Montevéu: Editorial Amesur. 1987.
- Golln, Tau. *A fronteira. Governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina*. L&PM editores: Porto Alegre. 2002.
- Guimarães, E. "Políticas de línguas na América Latina", in *Relatos*. Junho, número Projeto História das idéias lingüísticas. Ética e política das línguas. DL - IEL - Unicamp/ DL - FFLCH - USP. 2001.
- Hensey, F. "Considerações metodológicas na análise da influência castelhana no português", in *Véritas*, Porto Alegre: PUC/RS, p.142-157. 1965.
- Hensey, F., *The sociolinguistics of the Brazilian-Uruguayan*. Border. Den Haag: Mouton. 1972.
- Hensey, F. "O sociolinguismo da fronteira sul", in *Letras Hoje*, Porto Alegre: PUC/RS. p.107-116. 1969.
- Koch, W., Klashmann, M. & Altenhofen, C. *Atlas Lingüístico Etnográfico da Região Sul do Brasil*, Vol.1. Porto Alegre/ Florianópolis/ Curitiba: Ed.UFRGS/ Ed.UFSC/ Ed.UFPR. 2002.
- Mala, I.C. da. "Intercâmbios lingüísticos de fronteira: incidência no falar dos alunos de português da U.N.A.M.", em *Perspectiva* 26, p. 95-101. 2002.
- Millán, Sawaris & Welter. "El camino recorrido por lingüistas y educadores en la frontera Brasil - Uruguay", in *Fronteiras, educação, integração*. Aldema Trindade & Luis Ernesto Behares (Orgs) Santa Maria: Palio. p.121-195. 1996.
- Oliveira, G.M. de, (2000). *Índios urbanos no Brasil e a política lingüística. Considerações demográficas, educacionais e político-lingüísticas*, em www.ipol.org.br, atualizado em 18/04/2004
- Puranen, P. *Las actitudes lingüísticas y el prestigio del portugués en la ciudad de Rivera*. Finlândia: Universidade de Helsinki. 1999.
- Rodrigues, A. *Panorama das línguas indígenas da Amazônia*, em www.comciencia.br/reportagens/amazonia/amaz6.htm
- Rona, J. P. *El dialecto "fronterizo" del norte del Uruguay*. Montevéu: Librería Adolfo Lunardi. 1965.
- Sturza, E. R. *O espanhol do cotidiano e o espanhol da escola: um estudo de caso na fronteira Brasil-Argentina*. Dissertação de mestrado. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria. 1994.
- Sturza, E. R. "Fronteiras e práticas lingüísticas: um olhar sobre o português", in *Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana*. RILI, volume 1 (3) Madri: editorial Vervuert, 151-160. 2004.

CINEMA

A linguagem em Desmundo e Como era gostoso meu francês



Dois filmes brasileiros podem ser destacados no que se refere a um cuidadoso tratamento lingüístico: *Como era gostoso o meu francês*,

de Nelson Pereira dos Santos (1971) e *Desmundo* (2003) do diretor Alain Fresnot.

O primeiro é baseado no diário do viajante alemão Staden, feito prisioneiro pelos índios tupinambás – adeptos do canibalismo – no Brasil do século XVI, e que consegue escapar, voltar para a Alemanha e publicar a sua história. Além da narrativa de Hans Staden, *Como era gostoso o meu francês* insere elementos relatados por outro viajante da época, o francês Jean de Léry. Os rituais, os costumes e os diálogos em tupi (elaborados pelo cineasta Humberto Mauro) revelam precisão no tratamento etnográfico do cotidiano indígena. A precisão etnográfica aliada à ousadia do cineasta culmina no ritual canibalístico no qual Staden é devorado. *Desmundo*, filme de 2003 do diretor Alain Fresnot, enfoca o Brasil do início da colonização portuguesa. Baseado no livro homônimo de Ana Miranda, o filme narra a trajetória de Oribela, jovem órfã vinda de Portugal para ser entregue como esposa, juntamente com outras

mulheres na mesma condição, aos homens da colônia. Com fidelidade à arquitetura colonial e cuidado no tratamento cenográfico para retratar, com verossimilhança, o recém Brasil-Colônia do ano de 1570, os diálogos do filme foram feitos em português arcaico, incluindo-se falas em línguas indígenas e africanas.

HISTÓRIA

Conexões da língua no Brasil colonial

Percorrer a história do Brasil a partir das conexões entre línguas, política e religião nos séculos XVI a XVIII: esse é o objetivo da lingüista Bethania Mariani, no livro *Colonização lingüística*, publicado pela editora Pontes. A autora inicia a sua análise com a chamada "língua geral" – o tupi – diante da qual uma variedade de línguas nativas pré-coloniais foi submetida. Esse mesmo tupi, adotado pelos missionários para catequização cristã, irá rivalizar com o português, utilizado pela Coroa Portuguesa para estender o seu domínio sobre o Brasil-Colônia. Mariani introduziu a noção de colonização lingüística para explorar as relações de poder entre Brasil e Portugal. Nesse sentido, a história da língua no Brasil acompanha o próprio surgimento da nação brasileira. Para abordar esse processo, a autora utiliza um contraponto entre o português e

o inglês, duas diferentes línguas de colonização, tratando, assim, de uma perspectiva relacional e inusitada, da situação, no século XVIII, dos Estados Unidos e do Brasil.

ENCICLOPÉDIA

A presença africana no Brasil e no mundo



Iniciativa importante num contexto em que disciplinas relativas à história da África e ao povo negro no Brasil tornaram-se obrigatórias nos currículos escolares brasileiros, foi lançada, em novembro de 2004, a *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana*, de Nei Lopes. Publicada pela editora Selo Negro, a obra contém 9 mil verbetes, distribuídos ao longo de 720 páginas que tratam da presença dos afro-descendentes nas Américas e em outras partes do mundo.

Lopes também é o autor do *Dicionário Banto do Brasil*, reeditado, pela editora Pallas, em 2003. A obra é o resultado de uma investigação sobre a influência dessa língua africana no português que hoje é falado no Brasil. Para tanto, o autor pesquisou as falas das ruas, além da música e da literatura brasileira, para recolher e explicar a origem etimológica de palavras como fofoca, cafuné, moleque, quitute, cachimbo, ranzinza, dentre várias outras.

Carolina Cantarino

LÍNGUAS DO BRASIL/PESQUISAS

NOME DO GRUPO
PARA A HISTÓRIA DO PORTUGUÊS
BRASILEIRO – O PORTUGUÊS NO PARANÁ

LÍDER(ES) DO GRUPO
SONIA MARIA LAZZARINI CYRINO

ÁREA PREDOMINANTE
LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES

LINHAS DE PESQUISA
Tópicos de Descrição e Análise
em Língua Portuguesa

INSTITUIÇÃO
UEL

ENDEREÇO
Departamento de Letras Vernáculas e
Clássicas – Campus Universitário
CEP: 86051-990 – Londrina – PR
Tel: (43) 3371 4428
E-mail: oniryrc@sercomtel.com.br

NOME DO GRUPO
LÍNGUAS INDÍGENAS: FONOLOGIA,
GRAMÁTICA E HISTÓRIA

LÍDER(ES) DO GRUPO
MARILIA LOPES DA COSTA
FAÇO SOARES

ÁREA PREDOMINANTE
LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES

LINHAS DE PESQUISA
Descrição e análise de línguas
indígenas; Dicionarização das formas
lingüística; Estudo das línguas
indígenas brasileiras

INSTITUIÇÃO
Museu Nacional/UFRJ

ENDEREÇO
Quinta da Boa Vista, s/n – Setor de
Lingüística São Cristóvão
CEP: 20940-040 – Rio de Janeiro – RJ
Tel: (21) 2568 8262
E-mail: marilia@acd.ufrj.br

NOME DO GRUPO
GRIELJ –
GRUPO INTERINSTITUCIONAL
DE ESTUDOS DA LÍNGUA JAPONESA –
O ESTUDO DOS GRAMÁTICOS
JAPONÊS YAMADA, HASHIMOTO,
TOKIEDA, WATANABE

LÍDER(ES) DO GRUPO
JUNKO OTA

ÁREA PREDOMINANTE
LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES

LINHAS DE PESQUISA
Teoria e análise lingüística em suas
dimensões diacrônica e sincrônica
(da língua japonesa)

INSTITUIÇÃO
USP

ENDEREÇO
Departamento de Línguas Orientais
Faculdade de Filosofia Letras e
Ciências Humanas (FFLCH)
Avenida Prof. Lineu Prestes, 159
Cidade Universitária
CEP: 05374-170 – São Paulo – SP
Tel: (11) 3031 9665
E-mail: cejap@usp.br

NOME DO GRUPO
PADRÕES RÍTMICOS,
FIXAÇÃO DE PARÂMETROS
E MUDANÇA LINGÜÍSTICA

LÍDER(ES) DO GRUPO
CHARLOTTE MARIE CHAMBELLAND
GALVES

ÁREA PREDOMINANTE
LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES

LINHAS DE PESQUISA
História da língua portuguesa;
Sintaxe gerativa das línguas naturais
análise e modelamento dos sons das
línguas naturais; Lingüística de corpus;

Modelagem estocástica dos padrões
rítmicos das línguas naturais

INSTITUIÇÃO
Unicamp

ENDEREÇO
Departamento de Lingüística
Instituto de Estudos da Linguagem
(IEL) – Unicamp
Caixa Postal 6045 – CEP: 13084971
Campinas – SP
Tel.: (19) 3788 1570
E-mail: galvesc@unicamp.br
Home page:
<http://www.ime.usp.br/~tycho>

NOME DO GRUPO
HISTÓRIA DO PORTUGUÊS
DE SÃO PAULO

LÍDER(ES) DO GRUPO
ATALIBA TEIXEIRA DE CASTILHO

ÁREA PREDOMINANTE
LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES

LINHAS DE PESQUISA
História social do português
de São Paulo; Corpus diacrônico;
Mudança gramatical;
Tradições discursivas

INSTITUIÇÃO
USP

ENDEREÇO
Departamento de Letras Clássicas e
Vernáculas
Faculdade de Filosofia Letras e
Ciências Humanas (FFLCH)
Avenida Prof. Luciano Gualberto, 403
Cidade Universitária
CEP: 05508-900 – São Paulo – SP
Tel: (11)3091 4512
Email: ataliba@uol.com.br
Home page:
www.fflch.usp.br/posgraduacaooldcultport

LÍNGUAS DO BRASIL/PESQUISAS

NOME DO GRUPO
DESCRIÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA
DO PORTUGUÊS
DE BELO HORIZONTE

LÍDER(ES) DO GRUPO
MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA

ÁREA PREDOMINANTE
LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES

LINHAS DE PESQUISA
Variação e mudança lingüística

INSTITUIÇÃO
PUC-Minas

ENDEREÇO
Programa de Pós-graduação em Letras
PUC-Minas
Av. Dom José Gaspar, 500
30535610 – Belo Horizonte – MG
Tel: (31) 3319 4336
E-mail: posletras@pucminas.br

NOME DO GRUPO
LÍNGUAS INDÍGENAS

LÍDER(ES) DO GRUPO
ARYON DALL'IGNA RODRIGUES;
ANA SUELY ARRUDA CÂMARA CABRAL

ÁREA PREDOMINANTE
LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES

LINHAS DE PESQUISA
Ergatividade na Amazônia;
Lingüística descritiva e comparativa

INSTITUIÇÃO
UNB

ENDEREÇO
Laboratório de Línguas Indígenas
Campus Universitário UnB, ICC Sul,
BSS 234 - Asa Norte – Brasília – DF
CEP: 70910-900 - Tel: (61) 307 2177
Fax: (61) 273 3681
E-mails: aryon@unb.br / asacc@unb.br
Home page: <http://www.unb.br/illali>

NOME DO GRUPO
DESCRIÇÃO FONÉTICO FONOLÓGICA
DE LÍNGUAS BRASILEIRAS E AFRICANAS

LÍDER(ES) DO GRUPO
BEATRIZ RAPOSO DE MEDEIROS

ÁREA PREDOMINANTE
LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES

LINHAS DE PESQUISA
Descrição de línguas africanas do
Brasil; Descrição de línguas indígenas
do Brasil; Análise dos sistemas
fonético e fonológico

INSTITUIÇÃO
USP

ENDEREÇO
Departamento de Lingüística – FFLCH
Av. Prof. Luciano Gualberto, 403
CEP: 05508-900 – São Paulo – SP
Tel: (11) 3091 4298
E-mail: biarm@usp.br

NOME DO GRUPO
GRUPO DE ESTUDOS
DAS LÍNGUAS AMERÍNDIAS

LÍDER(ES) DO GRUPO
LUCI SEKI; ANGEL HUMBERTO
CORBERA MORI

ÁREA PREDOMINANTE
LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES

LINHAS DE PESQUISA
Línguas indígenas

INSTITUIÇÃO
Unicamp

ENDEREÇO
Departamento de Lingüística
Instituto de Estudos da Linguagem
IEL – Caixa Postal 6045
CEP:13084-971 – Campinas – SP
Tel: (19) 3788 1511
E-mail: lseki@terra.com.br

NOME DO GRUPO
HISTÓRIA DAS IDÉIAS LINGÜÍSTICAS
NO BRASIL

LÍDER(ES) DO GRUPO
ENI DE LOURDES PUCCINELLI ORLANDI

ÁREA PREDOMINANTE
LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES

LINHAS DE PESQUISA
Estudo da constituição das teorias e
métodos lingüísticos; Estudo das
relações entre língua, cultura e
sociedade; Estudos das relações entre
língua, sujeito e história

INSTITUIÇÃO
Unicamp

ENDEREÇO
Departamento de Lingüística – IEL
CEP: 13084971 – Campinas – SP
Tel: (19) 3788 1544/3788 7900
E-mail: enip@uol.com.br

NOME DO GRUPO
ATLAS LINGÜÍSTICO DO BRASIL

LÍDER(ES) DO GRUPO
SUZANA ALICE M. DA SILVA CARDOSO;
JACYRA ANDRADE MOTA

ÁREA PREDOMINANTE
LINGÜÍSTICA

LINHAS DE PESQUISA
Dialetoлогия e sociolingüística;
Fonética e fonologia do português;
Geolingüística; Léxico

INSTITUIÇÃO
UFBA

ENDEREÇO
Departamento de Letras Vernáculas
Rua Barão de Geremoabo, 147
CEP: 40170-290 – Salvador – BA
Tel: (51) 263 6206
E-mail: alib@ufba.br

LÍNGUAS DO BRASIL/PESQUISAS

NOME DO GRUPO
PLURILINGÜISMO,
SÍLABO CULTURAL E ESCRITA

LÍDER(ES) DO GRUPO
SILVANA MABEL SERRANI-INFANTE

ÁREA PREDOMINANTE
LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES

LINHAS DE PESQUISA
Aquisição de língua estrangeira e
segunda língua

INSTITUIÇÃO
Unicamp

ENDEREÇO
Departamento de Lingüística Aplicada
Instituto de Estudos da Linguagem
IEL - Caixa postal 6045
CEP: 13084-971 - Campinas - SP
Tel: (19) 3788 1512
E-mail: serrani@terra.com.br

NOME DO GRUPO
PROGRAMA PARA A HISTÓRIA DA
LÍNGUA PORTUGUESA - PROHPOR

LÍDER(ES) DO GRUPO
ROSA VIRGÍNIA BARRETTO DE MATTOS
OLIVEIRA E SILVA

ÁREA PREDOMINANTE
LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES

LINHAS DE PESQUISA
Constituição histórica do português

INSTITUIÇÃO
UFBA

ENDEREÇO
Departamento de Letras Vernáculas
Av. Barão de Jeremoabo, 147
Campus de Ondina
CEP: 40170-290 - Salvador - BA
Tel: (51) 263 6229
E-mail: prohpor@ufba.br
Home page: www.prohpor.ufba.br

NOME DO GRUPO
ATLAS LINGÜÍSTICO-ETNOGRÁFICO DA
REGIÃO SUL DO BRASIL (ALERS)

LÍDER(ES) DO GRUPO
HILDA GOMES VIEIRA; FELÍCIO
WESSLING MARGOTTI

ÁREA PREDOMINANTE
LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES

LINHAS DE PESQUISA
Bilingüismo na região Sul; Variação
lingüística; Análise gramatical textual
do português

INSTITUIÇÃO
UFSC

ENDEREÇO
Departamento de Língua e Literatura
Vernáculas - Campus Universitário
Trindade - CEP: 8004-900
Florianópolis - SC
Tel: (48)331 9293
E-mail: alers@cce.ufsc.br

NOME DO GRUPO
ESTUDOS DE LÍNGUAS INDÍGENAS E DO
PORTUGUÊS FALADO NO AMAZONAS

LÍDER(ES) DO GRUPO
DULCE DO CARMO FRANCESCHINI

ÁREA PREDOMINANTE
LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES

LINHAS DE PESQUISA
Lingüística descritiva; Sociolingüística

INSTITUIÇÃO
UFAM

ENDEREÇO
Departamento de Literatura Portuguesa
Fundação Universidade do Amazonas
CEP: 69077-000 - Manaus - AM
Tel: (91) 644 2244
E-mail: dulcefranceschini@hotmail.com

NOME DO GRUPO
LINGÜÍSTICA HISTÓRICA

LÍDER(ES) DO GRUPO
MARIA ANTONIETA AMARANTE DE
MENDONÇA COHEN

ÁREA PREDOMINANTE
LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES

LINHAS DE PESQUISA
Lingüística Indo-européia; Estudos
lexicais; Sintaxe histórica; Variação e
mudança lingüísticas.

INSTITUIÇÃO
UFMG

ENDEREÇO
Faculdade de Letras,
Av. Antonio Carlos, 6627
CEP: 31270-901 - B. Horizonte - MG
Tel: (31) 3499 5126
E-mail: tilah@dedalus.lcc.ufmg.br

NOME DO GRUPO
ENCICLOPÉDIA DAS LÍNGUAS DO BRASIL

LÍDER(ES) DO GRUPO
EDUARDO ROBERTO JUNQUEIRA
GUIMARÃES

ÁREA PREDOMINANTE
LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES

LINHAS DE PESQUISA
Constituição das teorias e métodos
lingüísticos

INSTITUIÇÃO
Unicamp

ENDEREÇO
Departamento de Lingüística - IEL
Caixa postal 6045
CEP: 13084-971 - Campinas - SP
Tel: (19) 3788 1556
E-mail: Eduardo@iel.unicamp.br
Home page: www.laburb.unicamp.br/ielb

LÍNGUAS DO BRASIL/PESQUISAS

NOME DO GRUPO
ESTUDOS SINCRÔNICO-DIACRÔNICOS
DO PORTUGUÊS PARANAENSE

LÍDER(ES) DO GRUPO
VANDERCI DE ANDRADE AGUILERA;
ROSA E. DE SANTANA B. RODRIGUES

ÁREA PREDOMINANTE
LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES

LINHAS DE PESQUISA
Descrição e análise lingüísticas

INSTITUIÇÃO
UEL

ENDEREÇO
Centro de Letras e Ciências Humanas
Departamento de Letras Vernáculas e
Clássicas – Campus Universitário
CEP: 86051-990 – Londrina – PR
Tel: (43) 3371 4701
E-mail: vanderci@sercomtel.com.br

NOME DO GRUPO
A GRAMÁTICA GERATIVA DO
PORTUGUÊS DO BRASIL

LÍDER(ES) DO GRUPO
ESMERALDA VAILATI NEGRÃO;
ANA LUCIA DE PAULA MULLER

ÁREA PREDOMINANTE
LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES

LINHAS DE PESQUISA
Estudo de princípios
e parâmetros lingüísticos

INSTITUIÇÃO
USP

ENDEREÇO
Departamento de Linguística – FFLCH
Av. Prof. Luciano Gualberto, 403
Cidade Universitária
CEP: 05508-900 – São Paulo – SP
Tel: (11) 3091 4298
E-mail: evnegrao@usp.br

NOME DO GRUPO
GRUPO DE PESQUISA EM VARIAÇÃO
LINGÜÍSTICA NA FRONTEIRA DO
RIO GRANDE DO SUL

LÍDER(ES) DO GRUPO
PAULINO VANDRESEN;
JORGE WALTER DA ROCHA ESPIGA

ÁREA PREDOMINANTE
LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES

LINHAS DE PESQUISA
Variação lingüística na fronteira sul;
Aquisição, variação e ensino

INSTITUIÇÃO
Universidade Católica de Pelotas

ENDEREÇO
Curso de Mestrado em Letras
R. Félix da Cunha, 412
CEP: 96010-000 – Pelotas – RS
Tel: (53) 284 8242
E-mail: posler@atlas.ucpel.tche.br

NOME DO GRUPO
GRUPO DE ESTUDO DE GRAMÁTICA
CONTRASTIVA ALEMÃO-PORTUGUÊS

LÍDER(ES) DE PESQUISA
MASA NOMURA; MARIA HELENA
VOORSLUYS BATTAGLIA

ÁREA PREDOMINANTE
LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES

LINHAS DE PESQUISA
Lingüística aplicada
ao ensino de alemão

INSTITUIÇÃO
USP

ENDEREÇO
Departamento de Letras Modernas
FFLCH Cidade Universitária
Av. Prof. Luciano Gualberto, 403
CEP: 05508-900 – São Paulo – SP
Tel: (11) 3091 4296
E-mail: manomura@usp.br

NOME DO GRUPO
PROGRAMA DE ESTUDOS SOBRE O
USO DA LÍNGUA

LÍDER(ES) DO GRUPO
MARIA CECÍLIA DE M. MOLLIÇA;
MARIA LUIZA BRAGA

ÁREA PREDOMINANTE
LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES

LINHAS DE PESQUISA
Língua e sociedade: variação e mudança

INSTITUIÇÃO
UFRJ

ENDEREÇO
Departamento de Linguística e Filologia
Av. Brigadeiro Trompowsky s/n
CEP: 21941-590 – Rio de Janeiro – RJ
Tel: (21) 2270 3751
E-mail: peul@letras.ufrj.br
Home page: www.letras.ufrj.br/~peul

NOME DO GRUPO
PROJETO VARPORT –
ANÁLISE CONTRASTIVA DE VARIEDADES
DO PORTUGUÊS

LÍDER(ES) DO GRUPO
SILVIA FIGUEIREDO BRANDÃO

ÁREA PREDOMINANTE
LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES

LINHAS DE PESQUISA
Língua e sociedade: variação e mudança

INSTITUIÇÃO
UFRJ

ENDEREÇO
Departamento de Letras Vernáculas
Av. Brigadeiro Trompowski s/n
CEP: 21941-590 – Rio de Janeiro – RJ
Tel: (21) 2598 9746
E-mail: silvia.brandão@terra.com.br
Home page: www.letras.ufrj.br/varport